



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 085 CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 01 DE AGOSTO DE 2007 ANO XXXII

### Mesa Executiva

<b>NELSON JUSTUS</b> Presidente - Democratas		
<b>ANTONIO ANIBELLI</b> 1º Vice-Presidente - PMDB	<b>AUGUSTINHO ZUCCHI</b> 2º Vice-Presidente - PDT	<b>FELIPE LUCAS</b> 3º Vice-Presidente - PPS
<b>ALEXANDRE CURI</b> 1º Secretário - PMDB	<b>LUCIANA RAFAGNIN</b> 2ª Secretária - PT	<b>LUIZ ACCORSI</b> 3º Secretário - PSDB
<b>CIDA BORGHETTI</b> 4ª Secretária - PP	<b>CHICO NOROESTE</b> 5º Secretário - PL	
<b>ABIB MIGUEL</b> Diretor Geral		

### Lideranças

Líder do Governo .....	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PMDB .....	Waldyr Pugliesi
PSDB .....	Ademar Traiano
Democratas .....	Plauto Miró
PT .....	Elton Welter
PP .....	Duílio Genari
PDT .....	Luiz Carlos Martins
PTB .....	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN .....	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV .....	Reni Pereira

### Representação Partidária

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 085**

### **76ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Mensagens ..... 03

Ofícios ..... 04

Telegramas ..... 05

Indicações ..... 05

Requerimentos ..... 06

Projetos de Resolução ..... 14

Projetos de Lei ..... 16

#### **Grande Expediente:**

Dep. Antonio Anibelli ..... 20

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto ..... 23

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Reni Pereira ..... 24

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 25

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão ..... 27

Liderança do PMDB

Dep. Caíto Quintana ..... 28

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni ..... 28

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 30

Discussão/Votação

2ª Discussão ..... 31

1ª Discussão ..... 31

Requerimentos ..... 38

**Encerramento da Sessão ..... 39**

**Transcrição ..... 39**

#### **Publicações:**

Diretoria Geral

Portarias ..... 41

Portaria DAT ..... 42

**Publicações Administrativas ..... 43**

### **DIÁRIO Nº 085**

### **76ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 76ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**01 DE AGOSTO DE 2007**

*(quarta-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elio Rusch, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Malucelli, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni (37).

Ausentes os Srs. Deputados: Chico Noroeste, Ademair Traiano, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Edgar Bueno, Elton Welter, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Plauto Miró e Waldyr Pugliesi (14).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Alexandre Curi, Durval Amaral e Luiz Claudio Romanelli (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os trabalhos relativos ao 2º período da 16ª Legislatura.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

### ***Mensagens***

MENSAGEM Nº 029/07

Curitiba, 18 de julho de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, ao município de Nova Esperança, imóvel com área de 1.660,80 m2, conforme Matrícula nº 5.567, do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Esperança.

O plano de lei em referência consulta aos superiores interesses públicos, eis que o cessionário utilizará a referida área para construção de barracão a ser usado pela Secretaria Municipal de Turismo e Secretaria Municipal de Agricultura, para promover os produtos produzidos pela comunidade rural. A cessão de uso ora proposta vigorará até 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

### **ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a fazer a cessão de uso, ao município de Nova Esperança, de imóvel com área de 1.660,80m2, conforme Matrícula nº

5.567, do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Esperança.

Art. 2º Do imóvel objeto desta cessão de uso deverá ser utilizada a área total para a construção de um barracão a ser usado pela Secretaria Municipal de Turismo e Secretaria Municipal de Agricultura, para promover os produtos produzidos pela comunidade rural, sendo retomado pelo estado caso se comprove destinação diversa da estabelecida.

Art. 3º A presente cessão de uso vigorará até 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 030/07

Curitiba, 18 de julho de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Formosa do Oeste área de 5.000,00m2, (cinco mil metros quadrados), constituída pelo lote rural nº 95-B, subdivisão da Chácara nº 95, na área industrial, Gleba Rio Verde 2, havida pelo Estado do Paraná por doação que lhe foi feita pelo próprio município, conforme Matrícula nº 2.563, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Formosa do Oeste.

O plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses públicos, eis que o imóvel em questão deverá ser utilizado pelo Donatário, exclusivamente, para implantação de Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente, retornando ao patrimônio do estado, caso destinado para outros fins. É, também, previsto no texto do anexo anteprojeto de lei que o objetivado imóvel ficará gravado com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

### **ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao município de Formosa do Oeste, de área com 5.000,00m2, constituída pelo lote rural nº 95-B, subdivisão da Chácara nº 95, na área industrial, Gleba Rio Verde 2, conforme Matrícula sob nº 2.563, do Registro de Imóveis da Comarca de Formosa do Oeste.

Art. 2º O imóvel em questão será utilizado, exclusivamente, para a implantação de Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente, revertendo ao patrimônio do estado, caso se comprove uso distinto do assim estabelecido, ficando, ainda, a presente doação gravada com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 031/07

Curitiba, 18 de julho de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva prorrogar por 12 (doze) meses, os efeitos da Lei nº 11255, de 21 de dezembro de 1995, que dispõe sobre indenização às pessoas detidas sob acusação de terem participado de atividades políticas, entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979 e que tenham permanecido sob a responsabilidade e guarda de órgãos públicos do Estado do Paraná ou em quaisquer de suas dependências.

O plano de lei em referência é indiscutivelmente justo, oportuno e necessário, eis que dará oportunidade às pessoas que deixaram de beneficiar-se com a indenização de que trata a referida Lei nº 11255/95, por não terem protocolizado requerimento ou providenciado a necessária documentação, nos prazos então estipulados, ficaram prejudicadas.

Para análise de pedidos eventualmente feitos, é prevista a designação de Comissão Especial que atuará nos moldes da anteriormente composta, quando das primeiras indenizações feitas por força da Lei nº 11255/95.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Ficam prorrogados, pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de publicação desta lei, os efeitos da Lei nº 11255, de 21 de dezembro de 1995, que dispõe sobre indenização às pessoas detidas sob acusação de terem participado de atividades políticas, entre os dias 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, que tenham ficado sob a responsabilidade e guarda dos órgãos públicos do Estado do Paraná ou em quaisquer de suas dependências.

Art. 2º Mediante decreto governamental, baixado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação da presente lei, será constituída Comissão Especial,

que funcionará junto ao Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria-Geral, para análise dos pedidos de concessão dos benefícios.

Parágrafo Único. O prazo para protocolização de requerimento, devidamente instruídos, será de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da instalação da Comissão Especial de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

#### Ofícios

Sob o nº CTL/CC 202/07, do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 257/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 203/07, do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 068/07, de autoria dos Deputados Alexandre Cury e Tadeu Veneri, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 204/07, do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 249/07, de autoria do Deputado Carlos Simões, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 205/07, do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei Complementar nº 318/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, por julgá-lo totalmente inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 206/07, do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 239/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, não só em razão de sua indiscutível inconstitucionalidade, porque engloba matérias que invadem área de exclusiva competência da união e dos municípios. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 207/07, do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 065/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 208/07, do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 108/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 209/07, do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 059/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 210/07, do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 246/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 215/07, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa de Leis os Projetos de Lei nºs 301, 305, 313, 327, 331, 335, 342, 356, 362, 365, 369, 372 e 379/07. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/CC 211, 212, 213 e 214 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa de Leis os Projetos de Lei nºs 125, 153, 290 e 330/7 respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 1430/07, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informação requerido pelo Deputado Osmar Bertoldi, que pede esclarecimentos relativos ao Projeto de Lei nº 263/07, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2008. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob os nºs 216, 218, 220, 222, 224, 226, 228, 231 e 233/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, comunicando que as Indicações Legislativas nºs 417, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 433 e 434 respectivamente, foram encaminhadas ao órgão competente do Poder Executivo, a fim de que sejam procedidas as análises do assunto versado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 852/CGFCC/SPOA/MDA, do Sr. Jadir Gomes Rabelo, Coordenador Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade - Substituto do Ministério do Desenvolvimento Agrário, comunicando celebração do Quinto Termo Aditivo de Prorrogação de Ofício do prazo de vigência do Convênio 027/05. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 76-MTE/SPPE do Sr. Antonio Sérgio Alves Vidigal, Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, encaminhando cópia do Terceiro Termo Aditivo ao Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 055/06 - SETP/PR, celebrado entre o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE, com a interveniência do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, e o Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria

ria de Estado do Trabalho e Promoção Social - SETP/PR. **Ao conhecimento da Casa.**

## Telegramas

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná (SES), conforme segue abaixo:

- 000017/MS/SE/FNS - valor de R\$ 64.407,00 - pagamento de incentivo para o fortalecimento dos Laboratórios Centrais de Saúde Pública - LACEN.

- 000119/MS/SE/FNS - valor de R\$ 68.200,17 - pagamento de teto estadual da média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar.

- 000129/MS/SE/FNS - valor de R\$ 105.712,99 - pagamento de programa para aquisição de medicamentos para a saúde mental.

- 000181/MS/SE/FNS - valor de R\$ 269.330,70 - pagamento de teto financeiro de vigilância em saúde - TFVS (EX-TFECDD).

**Ao conhecimento da Casa.**

## Indicações

INDICAÇÃO Nº 235/07

SÚMULA:

Propõe pavimentação asfáltica do acesso entre a cidade de Santo Antônio da Platina e o Hospital Regional dentre o Norte Pioneiro.

Ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier - Secretário de Estado do Saúde do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1) Pavimentação asfáltica do acesso entre a cidade de Santo Antônio da Platina e o Hospital Regional dentre o Norte Pioneiro.

2) A solicitação justifica-se devido à necessidade da pavimentação das ruas transversais Genor Juliano e Salvador Biembengut que dão acesso à rua principal do Hospital Distrital, pois estas referidas ruas não são pavimentadas causando a proliferação de bactérias através do pó, decorrido da circulação dos veículos, ocasionando grande transtorno para a manutenção da higiene do Hospital. A situação da estrada que dá acesso ao Hospital Regional, que é uma estrada de chão, com cascalhos, buracos típicos de estrada rural, o que dificulta o acesso das ambulâncias, bem como do corpo clínico e dos servidores que lá trabalham, trazendo transtornos e traumas aos pacientes, principalmente devido aos solavancos, agravando em muitas vezes o seu quadro clínico.

Cordiais saudações.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

## INDICAÇÃO Nº 236/07

## SÚMULA:

Propõe pavimentação asfáltica do acesso entre a cidade de Santo Antônio da Platina e o Hospital Regional dentre o Norte Pioneiro.

Ao Exmo. Sr. Rogério Walbach Tizzot - Secretário dos Transportes do Paraná.

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se ao Secretário, para expor e reivindicar o seguinte:

1) Pavimentação asfáltica do acesso entre a cidade de Santo Antônio da Platina e o Hospital Regional dentre o Norte Pioneiro.

2) A solicitação justifica-se devido à necessidade da pavimentação das ruas transversais Genor Juliano e Salvador Biembengut que dão acesso à rua principal do Hospital Distrital, pois estas referidas ruas não são pavimentadas causando a proliferação de bactérias através do pó, decorrido da circulação dos veículos, ocasionando grande transtorno para a manutenção da higiene do Hospital. A situação da estrada que dá acesso ao Hospital regional, que é uma estrada de chão, com cascalhos, buracos típicos de estrada rural, o que dificulta o caesso das ambulâncias, bem como do corpo clínico e dos servidores que lá trabalham, trazendo transtornos e traumas aos pacientes, principalmente devido aos solavancos, agravando em muitas vezes o seu quadro clínico. Cordiais saudações.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

## INDICAÇÃO Nº 237/07

## SÚMULA:

Propõe a construção de nova Delegacia de Polícia Civil e o aumento do contingente policial no município de Guaíra.

Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - A construção de nova Delegacia de Polícia Civil no município de Guaíra, com número de vagas na cadeia pública compatível com a necessidade.

II - O aumento do contingente de policiais civis e militares no município, em quantidade suficiente para fazer frente às demandas de segurança pública peculiares à região de fronteira.

III - Esta é uma reivindicação vinda do conselho da Comunidade de Execução Penal da Comarca de Guaíra, que através de ofício nos relata a situação deplorável em que se encontra a segurança pública na região. Recentes práticas de crimes violentos vêm confirmar tal necessidade.

IV - A insegurança atingiu patamar por demais elevado requerendo medidas urgentes.

V - O atendimento quanto ao aumento do contingente e o acirramento das rondas ostensivas trarão enormes benefícios a toda a comunidade.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

**Requerimentos**

## REQUERIMENTO Nº 2204

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do Art. nº 158 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 085/07, Item 1 da Ordem do Dia desta data, por 5 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

## REQUERIMENTO Nº 2177

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignada na ata desta Sessão moção de aplauso ao jovem Felipe Kenji Zacarias Enju, filho de Milton Enju e Roseane Zacarias Afonso Enju, o qual, em campeonato disputado em Porto Alegre, entre os dias 15 e 17 de junho de 2007, conquistou o título de campeão brasileiro de Taekwondo na categoria infantil (até 45 kg). Felipe tem apenas 13 (treze) anos de idade e já conquistou 40 (quarenta) títulos, dentre os quais o tricampeonato paranaense e dois títulos no Open do Rio de Janeiro. Morador de Santa Maria, Distrito de Alto Paraná, Felipe, exemplo de determinação e auto-aperfeiçoamento, é motivo de orgulho para seus pais, amigos e todos os paranaenses, e neste dia é com grande alegria que esta Casa de Leis o homenageia ao destacar sua mais recente vitória.

REQUER à mesa diretora o envio de cópia do presente documento ao jovem Felipe Kenji Zacarias Enju, na rua Getúlio Vargas, nº 384, no distrito de Santa Maria, CEP 87755-000, pertencente ao município de Alto Paraná.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) TERUO KATO

## REQUERIMENTO Nº 2178

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, vem, respeitosamente, nos termos do artigo 63 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, solicitar autorização desta Casa para integrar missão diplomática ao Congresso Mundial Ucraniano, a ser realizado nas cidades de Kiev e

Donetsk, Ucrânia, no período de 15 a 31 de agosto de 2007.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) FELIPE LUCAS

**JUSTIFICATIVA:**

Trata-se de pedido formulado pelo Deputado que subscreve no intuito de solicitar autorização perante a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para integrar a comissão que participará dos debates e discussões que serão realizados no Congresso Mundial Ucrâniano.

O Deputado que subscreve exerce a função de Vice-Presidente da Representação Central Ucrâniano-Brasileira, entidade com sede em Curitiba que representa os descendentes de ucranianos residentes no Brasil. Cabe lembrarmos que aproximadamente 85% (oitenta e cinco por cento) dos descendentes de ucranianos residentes no Brasil vivem no estado do Paraná. Ainda, por proposição do Deputado, a Assembléia Legislativa do Paraná, aprovou em 05 de junho deste ano, moção reconhecendo como genocídio as atrocidades cometidas contra a população da Ucrânia durante a coletivização forçada promovida pelo Governo da União Soviética nos anos 1932 e 1933, cuja denominação em língua ucraniana é "holodomor".

O convite oficial que vai anexo, assinado pelos senhores Askold Lozynkyj, Presidente do Ukrainian World Congress, e Victor Pedenko, Secretário-Geral, relata as atividades a serem desenvolvidas, e ainda cumpre lembrar que serão realizadas visitas oficiais à Embaixada do Brasil na Ucrânia, ao Ministério da Educação da Ucrânia, ao Ministério das Relações Exteriores da Ucrânia, bem como visita ao Gabinete do Exmo. Sr. Presidente da Ucrânia Victor Yushchenko.

**REQUERIMENTO Nº 2201**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja transferido para o dia 20 de setembro a abertura do 1º Encontro das Primeiras Damas do Estado do Paraná - preparatório para a organização das ações de 27 de novembro - Dia de Prevenção do Câncer de Mama.

Requer, outrossim, a reserva do Plenário desta Casa, na mesma data, das 13h00 às 17h00, para a realização do referido encontro.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) CIDA BORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 2175**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Júlia Luiza de Gouveia, ocorrido no dia 31 do corrente mês, no município de São Sebastião da Amoreira/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de seu filho, Adevisom Lourenço de Gouveia,

enviando correspondência à R. Alfredo Luiz Batista, nº 330, Centro, CEP 86240-000 - São Sebastião da Amoreira/PR.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

**JUSTIFICATIVA:**

O passamento da Sra. Júlia Luiza de Gouveia causou consternação à população Amoreirense, onde conquistou grandes amizades, deixando em todos, dor e saudades irreparáveis. A Sra. Júlia Luiza de Gouveia era de família dos fundadores de São Sebastião da Amoreira, deixa filhos e netos, sendo um de seus filhos o ex-prefeito do município por 3 vezes, Adevisom Lourenço de Gouveia.

Sabemos que a morte é um dos grandes mistérios de toda a nossa existência. Entretanto, cremos que a vida não cessa, e a morte para os cristãos, significa o recomeço de uma nova vida, ao encontro com Deus, em sua morada divina.

É a nossa fé que nos acalenta a alma, quando nos separamos de um ente querido. Fica a dor da separação. Ninguém quer perder um ente querido, mas a vida tem as suas verdades e a única certa até então é que este momento, querendo ou não, um dia chegará, fazendo com que esta etapa da nossa missão seja cumprida.

Através da nossa fé cristã, cremos na imortalidade da alma. E esta mesma fé nos faz acreditar que a Sra. Júlia está integrada à morada divina de Deus. E que este mesmo Deus console e ilumine os corações de todos que hoje padecem com a tristeza da partida.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada sinceros votos de pêsames e condolências.

**REQUERIMENTO Nº 2176**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Dulcidi Ramalho, ocorrido no dia 26 do corrente mês, no município de São Sebastião da Amoreira/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua filha, Ana Maria Ramalho Mota, enviando correspondência à R. Duque de Caxias, s/nº, Centro, CEP 86240-000 - São Sebastião da Amoreira/PR.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

**JUSTIFICATIVA:**

O passamento da Sra. Dulcidi Ramalho causou consternação à população Amoreirense, onde conquistou grandes amizades deixando em todos, dor e saudades irreparáveis. A professora Dulcidi Ramalho era amada por seus familiares e alunos durante várias gerações, era de família de fundadores de São Sebastião da Amoreira.

Sabemos que a morte é um dos grandes mistérios de toda a nossa existência. Entretanto, cremos que a vida

não cessa, e a morte para os cristãos, significa o começo de uma nova vida, ao encontro com Deus, em sua morada divina.

É a nossa fé que nos acalenta a alma, quando nos separamos de um ente querido. Fica a dor da separação. Ninguém quer perder um ente querido, mas a vida tem as suas verdades e a única certa até então é que este momento, querendo ou não, um dia chegará, fazendo com que esta etapa da nossa missão seja cumprida.

Através da nossa fé cristã, cremos na imortalidade da alma. E esta mesma fé nos faz acreditar que a Sra. Dulcidi está integrada à morada divina de Deus. E que este mesmo Deus console e ilumine os corações de todos que hoje padecem com a tristeza da partida.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada sinceros votos de pêsames e condolências.

#### REQUERIMENTO Nº 2183

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, fazendo das prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar à família Kuhn, na cidade de Cascavel, pelo falecimento do Dr. Wilson Carlos Kuhn, no último dia 28 de julho.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, respeitando os sentimentos da família, diante da consternação, manifesta solidariedade rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar esse momento difícil.

Que as saudades possam ser superadas com a grata lembrança do exemplo de amor à família, ao trabalho e à comunidade que o Dr. Wilson Carlos Kuhn deixou para todos nós.

Sem sombra de dúvidas, para orgulho de seus familiares à sua personalidade empreendedora, humanista, de vigoroso exemplo cristão e de denodada dedicação à cultura e ao bem comum, emprestando apoio e participação ativa em diversos segmentos, deixa para sempre marcas irretocáveis em sua biografia e na história do Oeste do Paraná.

Foi bravo, grande e generoso, ensinou os mais belos exemplos. Ao pensamento político aliou o espírito filosófico, foi mestre. Soube celebrar a vida, como um poeta. Amou o próximo com espírito de luz, aquecendo corações e iluminando rumos e caminhos, porque antes amava, com devoção ímpar, o Supremo Criador do Universo.

Caso aprovado o presente requerimento, nestes termos, solicita-se seja dada ciência do mesmo à família enlutada, na pessoa da Sra. Idione Veronesi Kuhn, via correspondência, a ser encaminhada à R. Souza Naves, 3995, 1º andar, Edifício Portes, CEP 85810-070, Cascavel/PR.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2198

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Dr. Wilson Carlos Kuhn, ocorrido no dia 25 de julho de 2007, na cidade de Cascavel, cujo sepultamento se deu na cidade de Toledo, no dia 26 de julho de 2007.

Perde a região Oeste do Paraná, uma das pessoas mais culta, muito querida e respeitada por toda a população. Advogado brilhante, cuja carreira foi determinante e reconhecidamente destacada nos meios jurídicos da região e em todo o Estado do Paraná, por mais de 45 anos.

Um pioneiro que se vai e Toledo e região ficam de luto, chorando a sua morte.

Um homem de valor que deixa saudade eterna pelo exemplo que era em vida. Pessoa destacada, respeitada e admirada, não só pela sua capacidade profissional e liderança política, tendo sido Prefeito de Toledo, com mandato de 1973 a 1976, mas sim e principalmente pelo caráter, o modo de ser, de sentir e agir como cidadão responsável e preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo, com liderança teve participação ativa e importante na transformação, crescimento e desenvolvimento do município de Toledo e região Oeste do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Paraná se associa ao luto e à dor da família, transmitindo as condolências para filhos, netos e parentes e para a cidade de Toledo e população Oestina.

Outrossim, requer seja encaminhado à família enlutada a decisão desta Casa de Leis, na pessoa de: Antonio Carlos Kuhn, R. Souza Naves, 3995 - Edifício Portes, CEP 85810-070 - Cascavel/PR.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) DUÍLIO GENARI

#### REQUERIMENTO Nº 2205

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Pedro Alzide Giral di, ocorrido no dia 21 de julho de 2007, no município de Quedas do Iguaçu/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa Selga Strey Giral di, enviando correspondência à Linha Planalto - Quedas do Iguaçu/PR.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A homenagem póstuma ora requerida é de fundamental importância tendo em vista que o Sr. Pedro Alzide Giral di foi um dos pioneiros de Quedas do Iguaçu. Como



Prefeito do município, ajudou a construir escolas, postos de saúde, igrejas. Foi um desbravador, lutando incansavelmente para dar progresso e desenvolvimento a Quedas do Iguaçu.

Desde cedo, o ex-Prefeito deixou claro que não seria mais um nesse mundo. Mostrando-se um líder nato, envolveu-se nos assuntos comunitários. E em todas as grandes decisões, participou ativamente. Era um ser humano generoso e abnegado. Jamais deixou de cooperar objetivando diminuir o sofrimento das pessoas menos protegidas pela sorte.

Soube em vida deixar uma grande marca de honestidade, caráter e retidão. Seus filhos criados com muito esmero, disciplina, com certeza sentirão amargamente a ausência do pai que acima de tudo foi um grande amigo.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

#### REQUERIMENTO Nº 2206

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Cezar José Perez, ocorrido no dia 23 de julho de 2007, no município de Cascavel/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de seu pai Celso Perez, enviando correspondência à R. Maringá s/nº - Centro - Ibema/PR.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Às vezes ocorrem fatos que nem de longe conseguimos entender ou compreender. Por mais que busquemos respostas, muitos acontecimentos se envolvem em contundentes mistérios e se tornam inexplicáveis.

Assim é que definimos o precoce falecimento do empresário Cezar José Perez, um homem de personalidade forte, grande mediador, inteligente, equilibrado e outras virtudes.

De toda uma vida, de toda uma jornada, o que deve ficar são as boas lembranças, as boas recordações de uma vida que foi vivida com amor e dedicação à família e aos amigos. Cezar fez história em vida. Uma história honrada, de trabalho e dedicação. Na prática, um exemplo de vida a ser seguido pelas atuais e futuras gerações.

A nossa fé cristã nos permite acreditar que houve apenas uma partida, mas que o momento do reencontro, dentro do plano divino, um dia vai acontecer. Enquanto isso, aos que ficaram, é importante saber que existe toda uma caminhada pela frente. Caminhada esta, que deve e merece ser vivida com muito ardor, com muita firmeza e com muita dedicação.

E que o mesmo amor pelo qual Deus acolheu o Cezar, console a todos, na certeza de que houve apenas uma separação temporária. Um dia, o reencontro vai acontecer.

As nossas sinceras condolências.

#### REQUERIMENTO Nº 2208

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família da pioneira Maria Carvalho Palma, falecida em Maringá.

A pioneira maringaense, mãe do ex-Deputado Divanir Braz Palma e também dos empresários Dirceu e Tião, faleceu aos 88 anos e muito honrou sua família.

Nesse momento de dor, resta oferecer à família o apoio e a consideração desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2181

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que firma o presente documento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após anuência do Plenário, envio das efusivas congratulações deste Poder Legislativo Estadual, ao Prefeito Municipal de Marechal Cândido Rondon, Sr. Edson Wasem e a sua equipe de funcionários pela exemplar organização das festividades alusivas ao 47º aniversário do município de Marechal Cândido Rondon, de 25 a 29 de julho último.

Rogando àquela autoridade municipal que transmita aos Secretários, Diretores e funcionários que estiveram envolvidos na organização do evento comemorativo, o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A qualidade, o esmero e a organização do consagrado evento comemorativo, justificam o gesto de reconhecimento por parte dessa Casa Legislativa, que assim vem valorizar o grande potencial existente naquele pujante município e região.

A elogiável programação mereceu do público a visita e o elogio em massa, o que reforça ainda mais o mérito da presente proposição.

Caso aprovado o presente pleito, rogo que seja dada ciência ao Prefeito Municipal de Marechal Cândido Rondon, através de correspondência a ser encaminhada a R. Espírito Santo, 555- CEP 85960-000 - Marechal Cândido Rondon/PR.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2182

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que firma o presente documento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após anuência do Plenário, envio das efusivas congratulações deste Poder Legislativo Estadual, ao Presidente da Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Marechal Cândido Rondon - ACIMACAR -, Sr. Oldemar Rohloff, pela exemplar organização das exposições realizadas pela citada entidade de classe durante os

festejos do 47º aniversário do município de Marechal Cândido Rondon, de 25 a 29 de julho último.

Rogando a ele que transmita a todas as entidades que estiverem envolvidas na organização dessas exposições, o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A qualidade, o esmero e a organização do consagrado evento comemorativo, justificam o gesto de reconhecimento por parte dessa Casa Legislativa, que assim vem valorizar o grande potencial existente naquele pujante município e região. As elogiáveis exposições mereceram do público a visitação e o elogio em massa, o que reforça ainda mais o mérito da presente proposição.

Caso aprovado o presente pleito, rogo que seja dada ciência ao Presidente da Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Marechal Cândido Rondon, Sr. Oldemar Rohloff, através de correspondência a ser encaminhada a R. Espírito Santo, 555- CEP 85960-000 - Marechal Cândido Rondon/PR.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2184

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que assina o presente requerimento, valendo-se das prerrogativas regimentais, vem REQUERER a esta Casa, após decisão do Plenário, que sejam consignadas nos Anais da Sessão de hoje, as efusivas congratulações deste Parlamento, a direção e funcionários da Rádio Club, da cidade de Nova Aurora, pelo transcurso do 20º aniversário de atividades, no último dia 17 de julho.

Com a presente proposição, somamo-nos às inúmeras homenagens e saudações que são formuladas ao notável veículo de comunicação falada do Oeste do Paraná, felicitando a sua direção e o seu quadro funcional pela significativa data em comemoração.

A Rádio Club chega aos 20 anos com uma relevante folha de serviços prestada à comunidade que abrange. Incumbida inicialmente de uma missão modesta, precaução que se requer de qualquer nova iniciativa, ao passar dos anos, essa emissora transformou-se numa vigorosa referência, quer seja pela sua presença em todos os municípios de sua atuação, dando cobertura aos principais fatos que neles ocorreram, ou levando informação, cultura e entretenimento

Nessa vocação de querer realizar, criando novos horizontes, falando a linguagem da paz, motivando a busca do progresso, retemperando vontades para um futuro melhor e unindo esperanças, a Rádio Club de Nova Aurora reafirma a cada novo dia a consciência do seu papel no processo do desenvolvimento regional.

Nestes 20 anos, o proffico retrospecto histórico confirma que a Rádio Club de Nova Aurora foi e é um importante instrumento na dinâmica das transformações, e atesta que na ausência dela, muita coisa não teria acontecido.

Como essa visão, eis porque, se olharmos à frente, podemos reconhecer o muito que ainda poderá realizar essa emissora, e, com certeza, o fará. Pois, não faltam aos seus dirigentes e funcionários a coerência de atitudes, determinação, confiança e talento para fazê-lo.

E, por assim pensar, é que fazemos essa merecida homenagem, formulando votos de contínuo sucesso a emissora aniversariante na sua nobre missão de construir tempos de entusiasmo, de integração, de segurança e de caminhos de bem, a cada novo nascer do sol.

Do aprovado, também requer o Parlamentar requerente, que seja dada ciência, com a expressão dos votos de larga prosperidade e contínuo sucesso, a emissora homenageada, na pessoa do seu ilustre Diretor-Proprietário, Sr. Ary Cordeiro de Oliveira, a R. Melissa, 520 - CEP 85410-000 - Nova Aurora/PR.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2189

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que firma o presente documento, no uso de suas prerrogativas, regimentais, requer, após anuência do Plenário, envio das efusivas congratulações deste Poder Legislativo Estadual, ao Vice-Prefeito Municipal de Marechal Cândido Rondon, Sr. Valdir Port, Presidente da Comissão Central Organizadora e equipe pela exemplar organização das festividades alusivas ao 47º aniversário do município de Marechal Cândido Rondon, de 25 a 29 de julho último.

Rogando a ele que transmita aos integrantes e colaboradores da Comissão Central Organizadora dessa grande festividade, o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Paraná.

A qualidade, o esmero e a organização do consagrado evento comemorativo, justificam o gesto de reconhecimento por parte dessa Casa Legislativa, que assim vem valorizar o grande potencial existente naquele pujante município e região. A elogiável programação mereceu do público a visitação e o elogio em massa, o que reforça ainda mais o mérito da presente preposição.

Caso aprovado o presente pleito, rogo seja dado ciência ao vice-Prefeito Municipal de Marechal Cândido Rondon, Sr. Valdir Port, através de correspondência a ser encaminhada a R. Espírito Santo, 555 - CEP 85960-000 - Marechal Cândido Rondon - Paraná.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2194

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUER por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de congratulação e merecimento ao SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, pela promoção do Programa Agrinho.

O referido programa envolve a participação de mais de 70 mil professores, 1 milhão e 600 mil alunos da educação infantil, do ensino fundamental e da educação especial, pertencentes à rede pública e particular de ensino de todo o estado do Paraná, distribuído em mais de 7000 escolas.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao Sr. Ágide Meneguette, Presidente do Conselho Administrativo do SENAR, com endereço a R. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar - CEP 80010-010, centro de Curitiba.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo reconhecer os procedimentos e ações empreendedoras e que desenvolvam a educação e a saúde de nossa população. O SENAR com o desenvolvimento desta atividade vem dar exemplo às organizações paranaenses e destaca-se pelo fruto de sua obra.

Cabe salientar que com o “Agrinho” o Sistema Sindical Rural incentiva professores e alunas à pesquisa, proporcionando aos participantes uma educação crítica, criativa, que desenvolve a autonomia e a capacidade de assumirem-se como pesquisadores e produtores de novos conhecimentos, notadamente os temas transversais preconizados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação ligadas à promoção da saúde, cidadania, e a preservação do meio ambiente.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 2195

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de congratulações aos atletas paranaenses medalhistas nos Jogos Pan-Americanos - 2007, conforme relação em anexo.

Sala das Sessões, 01.08.07.

(a) MARCELO RANGEL

#### MEDALHAS NO RIO (PARANAENSES)

Atleta	Medalha	Modalidade
Alexandra Nascimento	Ouro	Handebol
Ana Paula Scheffer	Bronze	GR Arco
Andréia Suntaque	Ouro	Futebol
Soeli Garvão Zakrzewski (Êga)	Prata	Basquete
Emanuel Fernando Scheffer Rego	Ouro	Vôlei de Praia

#### MEDALHAS NO RIO (PARANAENSES)

Atleta	Medalha	Modalidade
Gilberto Amauri de Godoy Filho (Giba)	Ouro	Vôlei
Jadel Gregório	Ouro	Salto Triplo
Juraci Moreira	Bronze	Triatlo
Khiuani Luana Dias	Prata	Ginástica por equipes
Leonardo Luiz Tezelli Bortolini	Ouro	Handebol
Luciano André Mendonça Pagliarini	Bronze	Ciclismo de Estrada
Natália Falavigna Silva	Prata	Tae Kwon Do
Nicole Müller	Ouro	Equipes/ Conjunto
Palmira Marçal	Prata	Basquete
Renata Aparecida da Costa	Ouro	Futebol
Roberto Maehler	Ouro	Canoagem K4 1.000m
Rodrigo Hermes	Prata	Boliche
Samuel Fuchs	Ouro	Vôlei
Sérgio Santos	Ouro	Vôlei
Simone Jatobá	Ouro	Futebol
Teliana Pereira	Bronze	Tênis (duplas)
Renato Rui Tupan	Ouro	Handebol

#### REQUERIMENTO Nº 2196

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de congratulações ao Juiz Dr. Eduardo Sarrão, que acatou a ação popular movida em relação aos comerciais oficiais exibidos pela TV Educativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) MARCELO RANGEL

#### REQUERIMENTO Nº 2197

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário seja consignado na Ata dos Trabalhos de Sessão de hoje, voto de congratulações aos Atletas

Paranaenses que participaram, com raro brilhantismo, dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, fazendo com que o povo do Estado do Paraná vibrasse, com orgulho, dos seus feitos.

Atletismo: Vanderlei Cordeiro de Lima, Jadel Gregório, Mahau Camargo Suguimati, José Carlos Gomes Moreira, Julio César Miranda de Oliveira, Elizete Marques da Silva, Tânia Regina Spindler e Sheila Ferreira; Basquete: Soeli Garvão, Palmira Cristina Marçal e Rafael Araújo (Baby); Beisebol: Gustavo Yukio Ogassawara, Anderson Gomes do Santos (Maisena) e Gilmar Henrique Pereira; Boliche: Rodrigo Hermes; Canoagem: Roberto Maheler e Sebastian Cuatrin; Ciclismo: Rafael Andriatto, Roberson Figueiredo (Robinho), Renato Seabra, Hernandes Quadri Junior, Luciano Pagkari, Alex Arseno e Davi Romero; Esgrima: Fernando Linschoten, Athos Schwantes e Ivan Schwantes; Futebol Masculino: Choco e Giuliano; Futebol Feminino: Andréia Suntaque, Simone Jatobá e Renata Costa; Ginástica Artística Feminina: Daiane Santos, Daniele Hipólito, Jade Barbosa, Laís Souza, Khiuani Dias; Ginástica Artística Masculina: Diego Hipólito e Mosiah Rodrigues; Ginástica Rítmica: Ana Paula Sheffer, Angélica Kwiecznski, Nicole Muller; Handebol Masculino: Renato Tupan, Alexandre Morelli (Ale) e Leandro Bortolini (Léo); Natação: Felipe May Araújo, Diogo Yabe; Softbol: Tatiane Missawa, Vivian Morimoto; Tae Kwon Do: Natália Falavigna; Tênis: Teliana Pereira; Tiro Esportivo: Rodrigo Bastos, Wilson Zacollote; Triatlo: Juraci Moreira Junior; Vôlei Masculino: Giba, Samunel Fuchs e Serginho e Volei de Praia: Emanuel.

Estamos anexando ao presente requerimento, um breve perfil dos valorosos atletas paranaenses.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) LUIZ MALUCCELLI

#### REQUERIMENTO Nº 2188

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, o registro de votos de louvor, congratulações e muito aplauso, para as jovens ginastas de Toledo:

Nicole Muller, três medalhas de ouro na classificação geral por equipes, conjunto por aparelho, nas cinco cordas e três arcos e duas maças;

Ana Paula Scheffer, medalha de bronze no individual geral por aparelho, no arco;

Angélica Kwiecznski, participante da equipe e no individual.

Se a competição como um todo, com quebra de recorde de medalhas, resgatou o potencial do esporte brasileiro e elevou a auto-estima da população, as conquistas das ginastas toledanas representaram ainda mais para a comunidade local e regional.

Com as quatro medalhas, três no conjunto e uma no individual, o Brasil encerrou sua participação na ginástica rítmica no Rio de Janeiro.

Méritos das ginastas, que merecem ser homenageadas e aplaudidas pelo grande feito. São realmente meninas de ouro.

Méritos também, e muitos, para a Empresa SADIA, como patrocinadora oficial da Ginástica Rítmica de Toledo desde 1996, a qual parabenizamos, aplaudimos e agradecemos, nas pessoas de José Carlos de Carvalho Martins, Gerente de Unidade Sadia Toledo/PR e ao Dr. Pedrinho Furlan, coordenador e entusiasta incentivador em nome da empresa. Agradecimentos e aplausos também ao SESI-Toledo, na pessoa de Cássia R. Schaedler, Gerente da Unidade SESI-Toledo, pelo apoio, incorporando a filosofia do projeto Atleta de Futuro e cessão do espaço físico, Igualmente agradecimentos e aplausos à Prefeitura de Toledo, nas pessoas do Prefeito José Carlos Schiavinato e Mauro Maiorki - Secretário Municipal de Esportes.

A Ginástica Rítmica de Toledo ou GR/Sadia/Toledo/SESI iniciou na década de 90, ligada à Secretaria de Cultura e Esportes. Desde então, foram surgindo novas escolinhas nos bairros e em 1996, com a entrada da Sadia como patrocinadora oficial, ganhou grande projeção.

A modalidade recebeu apoio e suporte para treinamentos e condições para participar de competições nacionais e internacionais. O resultado de treinamentos intensivos, talento das ginastas toledanas e intercâmbio com profissionais e atletas de outros países, logo apareceu em conquistas das ginastas, representando a cidade e o Brasil, em eventos no País e exterior.

Ainda antes das quatro medalhas nos Jogos Pan-Americanos 2007, do Rio de Janeiro, a equipe tinha reconhecimento e projeção nacional e internacional, garantindo pódio em praticamente todas competições que participou, do pré-infantil ao adulto, além de destaque individual de várias ginastas.

Com a entrada no projeto do Serviço Social da Indústria (SESI), em 2006, passou a ser incorporada a filosofia do projeto Atleta do Futuro e foi ampliado o número de meninas nas escolinhas para 1.100, a partir dos 5 anos de idade, base da seleção principal.

A proposta do projeto Atleta do Futuro á valorizar não apenas o esporte de rendimento, mas também sua importância na formação das pessoas e na qualidade de vida das ginastas.

O Centro de Treinamento, que ocupa instalações do SESI, é dotação de excelentes condições, com tapetes oficiais e estrutura para amortecimento de impactos, eliminando riscos de lesões por esforço repetitivos. Com orientação técnica e estrutura de ponta, a equipe tem atraído ginastas de outros clubes nacionais e até do exterior para intercâmbios.

A equipe Sadia/Toledo/SESI agora mais do que nunca ganhou projeção nacional e internacional, através da equipe principal, além das meninas freqüentando escolinhas implantadas em ginásios de esportes, escolas e associações de moradores nos bairros e centro da cidade.

Três das atletas da Sadia/Toledo/SESI integram a seleção brasileira adulta. Nicole Müller faz parte do conjunto, enquanto Ana Paula Scheffer e Angélica Kwieczynski treinam na seleção individual.

As três têm representado o Brasil em diversas competições, com destaque ainda maior nos Jogos Pan-Americanos, do Rio de Janeiro, onde conquistaram medalhas de ouro e bronze, além de outras excelentes colocações.

Outrossim, requer seja oficiado aos homenageados a decisão desta Casa, com endereço:

**Nicole Romine Müller**

R. Santos Dumont, 1937, ap. 51, Centro  
Toledo/PR - 85900-010;

**Ana Paula Scheffer**

R. Tarobá, 38, Vila Pioneiro  
Toledo/PR - 85909-448;

**Angélica Kwieczynski**

R. Presidente Carlos Luz, 163, Jardim Filadélfia  
Toledo/PR - 85902-380;

**Empresa Sadia**

José Carlos de Carvalho Martins e Dr. Pedrinho Furlan  
Gerente da Unidade Sadia Toledo-PR  
Av. Atílio Fontana, 1191  
Toledo/PR;

**SESI - Toledo**

Cássia R.S. Schaedler  
R. do Cedro, 873  
Toledo/PR - 85909-625;

**Prefeitura Municipal de Toledo**

Prefeito José Carlos Schiavinato  
Mauro Maiorki - Secretário Municipal de Esportes  
R. Raimundo Leonardi, 1586  
Toledo/PR - 85900-110.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) DUÍLIO GENARI

**REQUERIMENTO Nº 2191**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, à empresa Farmácias Nissei, pela inauguração da sua 100ª loja, ao longo de sua caminhada nestes últimos 21 anos.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem à empresa Farmácias Nissei, pela inauguração da sua 100ª loja, nestes 21 anos de atividade, sempre primando pelo respeito ao consumidor e também pelo destaque e respeito que dá à melhor idade, através de suas iniciativas inovadoras.

**REQUERIMENTO Nº 2174**

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento REQUER, após a manifestação plenário, seja

endereçado expediente ao Sr. Secretário de Transportes do Paraná, doutor Rogério Tizzot, solicitando a execução, o mais urgente possível, da duplicação da rodovia Celso Garcia Cid, entre o trevo da entrada do município de Cambé, passando por Londrina até o viaduto da rodovia do Café.

Essa estrada tem na frente de suas marginais, dos dois lados, elevado número de empresas comerciais, além de 03 Universidades, registrando altíssimo fluxo de veículos que circulam por ela diariamente. Existem próximo à rodovia, também, condomínios e numerosos bairros residenciais.

No trecho estão ocorrendo sucessivos e gravíssimos acidentes, alguns com vítimas fatais e muitas pessoas feridas com seqüelas.

Além da duplicação, é necessária, também, a construção de passarelas na rodovia, para reduzir os muitos atropelamentos que ocorrem todos os dias.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) ANTONIO BELINATI

**REQUERIMENTO Nº 2192**

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, valendo-se de suas competências regimentais, SOLICITA informações, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado expediente ao Sr. Diretor Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, para que este forneça informações acerca da quantidade de unidades habitacionais novas que foram criadas nos municípios abaixo nominados nos anos de 2002 a 2006, inclusive: Altamira do Paraná; Araruna; Barbosa Ferraz; Boa Esperança; Campina da Lagoa; Campo Mourão; Corumbataí do Sul; Engenheiro Beltrão; Farol; Fênix; Goioerê; Iretama; Janiópolis; Juranda; Luiziania; Mamborê; Moreira Sales; Nova Cantu; Peabiru; Quarto Centenário; Quinta do Sol; Rancho Alegre d'Oeste; Roncador; Terra Boa; Ubatã.

Informar, também, da existência de empreendimentos previstos para estes mesmos municípios para os anos de 2007 a 2010.

Diante do presente, certo de que com respeito à atuação deste parlamentar, receberemos o quanto antes as respostas necessárias ao esclarecimento da questão.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

**REQUERIMENTO Nº 2186**

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a aprovação do douto Plenário, seja transcrito nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, o edital "A Força de um Exemplo", e os artigos "A Herança dos Wilsons", de autoria do jornalista Alceu Sperança, e "Aos Meus Ami-

gos Velhos”, de lavra do falecido Dr. Wilson Carlos Kuhn, todos publicados no jornal O Paraná, em sua edição do dia 31 de julho último.

Essas matérias se reportam ao ilustre homem público, Dr. Wilson Carlos Kuhn, que o Oeste do Paraná perdeu no último sábado, dia 28 de julho. Uma perda irreparável, pois o fulgor de sua vida foi talhado pela grandeza, impregnada de extrema bondade, vigoroso espírito cristão e invejável cultura.

Na esteira do tempo, o Dr. Wilson Carlos Kuhn ficará para sempre no rol dos seres humanos construtores da história, da história do pujante Oeste do Paraná.

Do aprovado, requer-se seja encaminhado cópia a Sra. Idione Veronesi Kuhn, à R. Souza Naves, 3995, 1ª andar, Edifício Portes, CEP 85810-070, Cascavel/PR; e para conhecimento, ao Sr. André Heitor Costi, Diretor-Presidente do jornal O Paraná, à R. Pernambuco, 1600, CEP 85810-021, Cascavel/PR.

Sala das Sessões, 01.08.07.

(a) ELIO RUSCH

## ***Projetos de Resolução***

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 019/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E :

### **TÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Fica criado o Parlamento Jovem Paranaense na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme previsto nesta resolução e, de caráter informativo compreendendo as atividades a ele pertinentes relativas ao exercício da cidadania e elucidativas do funcionamento do Poder Legislativo.

Art. 2º O Parlamento Jovem tem por finalidade possibilitar aos alunos de escolas públicas e particulares a vivência do processo democrático mediante participação em uma jornada parlamentar simulada na Assembléia Legislativa do Paraná, composta de diplomação, posse e exercício do mandato.

Parágrafo Único. O exercício do mandato terá caráter instrutivo e ocorrerá todos os anos, no segundo semestre, em data acordada pela Comissão Executiva, preferencialmente próxima à Semana da Juventude, observada a rotina de trabalhos da Assembléia Legislativa do Paraná.

### **TÍTULO II**

#### **DA COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO JOVEM**

Art. 3º O Parlamento Jovem será composto por alunos do Ensino Médio e Fundamental, de idades entre

11 e 20 anos, oriundos de instituições de ensino público ou privado.

Art. 4º O número total de membros do Parlamento Jovem deverá ser equivalente ao de Deputados estaduais no estado do Paraná.

Parágrafo Único. O Deputado do Parlamento Jovem, no exercício do seu mandato, poderá contar com a ajuda de um estudante assessor parlamentar, de sua livre escolha, proveniente da mesma instituição de ensino em que estiver matriculado.

Art. 5º O aluno interessado em se candidatar a uma vaga no Parlamento Jovem deverá elaborar e apresentar, até o prazo final, na forma e condições estabelecidas em edital publicado pela Assembléia Legislativa do Paraná, um projeto de lei temático, o qual será avaliado pela Comissão Avaliadora segundo critérios pré-determinados.

§ 1º Simultaneamente à apresentação do projeto de lei temático, o candidato deverá optar por um dos partidos políticos temáticos previstos em edital, ao qual irá pertencer durante o mandato caso seja escolhido pela Comissão Avaliadora para compor o Parlamento Jovem.

§ 2º A Comissão Avaliadora será composta de representantes voluntários oriundos de instituições de ensino público e privado, das Secretarias Municipais de Educação, dos Núcleos Regionais de Ensino, da Secretaria Estadual de Educação, do Conselho Estadual de Educação, da Assembléia Legislativa, da UPE e da UPES.

§ 3º Os interessados em compor a Comissão Avaliadora poderão se manifestar a partir da data de publicação da presente resolução.

### **TÍTULO III**

#### **DO REGIMENTO INTERNO**

Art. 6º Observar-se-ão, no decorrer dos trabalhos do Parlamento Jovem, tanto quanto possível, os procedimentos regimentais relativos ao trâmite das proposições, inclusive quanto à iniciativa, publicação, discussão e votação em Plenário, expedição de autógrafos, onde estará consignado o nome do autor do projeto de lei aprovado.

§ 1º A Mesa da Assembléia Legislativa do Paraná diligenciará no sentido de que a Sessão Plenária do Parlamento Jovem transcorra no Plenário da Assembléia Legislativa e seja acompanhada por assessoramento técnico compatível com a evolução dos trabalhos, até o seu final.

§ 2º Os trabalhos do Parlamento Jovem serão dirigidos por uma Mesa Executiva eleita pelos Deputados estudantes, composta pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

§ 3º As proposições apresentadas pelos membros do Parlamento Jovem, apesar do caráter instrutivo, poderão ser apreciadas pela Comissão de Educação e, se pos-

sível, apresentadas pelos Deputados no Plenário desta Casa Legislativa.

Art. 7º A Legislatura terá a duração de dois dias iniciando-se com a posse dos Deputados e a eleição da Mesa, e terminando com a redação dos autógrafos dos projetos aprovados na Ordem do Dia e publicação no Diário Oficial.

Parágrafo Único. No momento da posse, cada Deputado receberá um certificado de participação no Parlamento Jovem, assinado pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná e prestará o seguinte compromisso: “Prometo desempenhar fielmente o meu mandato, promovendo o bem geral do estado do Paraná dentro das normas constitucionais”.

#### **TÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 8º A Mesa da Assembléia Legislativa do Paraná, mediante ato, normalizará a consecução do Parlamento Jovem, especialmente quanto:

- I - ao cronograma de atividades;
- II - aos procedimentos de inscrição e participação dos interessados;
- III - à eleição dos jovens nas respectivas escolas;

IV - às normas para a eleição da Mesa Executiva;

V - à realização dos trabalhos da Sessão Plenária.

§ 1º O Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná nomeará uma Comissão Executiva composta por Deputados Estaduais, encarregada de implementar todos os procedimentos necessários à realização da Sessão do Parlamento Jovem, na forma do estabelecido neste artigo.

§ 2º As demais atividades do Parlamento Jovem orientar-se-ão para o conhecimento dos procedimentos legislativos, dos partidos políticos com representação na Assembléia Legislativa do Paraná, suas propostas programáticas e das funções dos líderes partidários.

Art. 9º A Mesa da Assembléia, visando ao bom andamento dos trabalhos do Parlamento Jovem, poderá firmar convênios ou parcerias com órgãos públicos ou entidades privadas.

Art. 10. As instituições de ensino público e privado participantes do Parlamento Jovem receberão um diploma assinado pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná.

Art. 11. As despesas decorrentes desta resolução correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 12. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

A compreensão do significado da representação popular e a vivência do processo democrático contribuem para o pleno desenvolvimento da pessoa e o seu preparo para o exercício da cidadania. A educação política dos jovens estudantes é um processo que deve extrapolar os bancos escolares, desenvolvendo a capacidade de vocação política.

A reflexão crítica da sociedade se impõe e a Assembléia Legislativa pode contribuir para que haja efetiva participação na formação de jovens com esta consciência crítica. A participação de jovens nas atividades que aqui são propostas adquire maior relevância, na medida em que são atividades que procuram difundir princípios fundamentais como o da liberdade de expressão e o da pluralidade de pensamento, bem como o apreço à tolerância e ao diálogo.

O Parlamento Jovem será uma Sessão Especial da Assembléia Legislativa que acontecerá uma vez a cada ano.

Nestes dias, os Deputados Estaduais cedem seus lugares para jovens estudantes de todo o estado. Eles são Deputadas e Deputados do Parlamento Jovem: dirigem todos os trabalhos do Parlamento Jovem, apresentam propostas para melhorar as condições de vida do nosso povo e falam sobre as suas idéias.

O Parlamento Jovem é um exercício da cidadania, uma memorável festa cívica onde todos os estudantes da 5ª a 8ª série, do Ensino Fundamental e de 1ª a 3ª série do Ensino Médio, das escolas públicas e particulares do estado, podem se candidatar a uma das 54 cadeiras do Parlamento Jovem. E são 54 porque esse é o atual número de Parlamentares da Assembléia Legislativa.

O aluno deverá se inscrever perante a Direção de sua escola ou órgão interno por ela designado. Deve preparar um trabalho na forma de uma proposição obedecendo a critérios estabelecidos no Regimento Interno da Assembléia Legislativa. Os trabalhos apresentados serão analisados por uma Comissão Avaliadora, formada pela própria comunidade educacional. A Comissão Avaliadora deverá escolher uma e apenas uma proposição para representar a escola.

A proposição vencedora será enviada à Assembléia Legislativa acompanhada da ficha de inscrição e no prazo estabelecido para ser selecionado, concorrendo com as demais escolas.

No Parlamento Jovem tudo vai ser muito parecido com o que acontece na Assembléia Legislativa. Por isso, os candidatos terão que escolher um partido no momento em que elaborarem as proposições para se inscreverem nas respectivas escolas. Esses partidos não são iguais aos partidos políticos a que pertencem os Deputados Esta-

duais. Os partidos dos Deputados jovens são temáticos. Quer dizer, os temas ou assuntos preferidos dos estudantes é que constituem os Partidos.

Se um candidato quiser apresentar uma proposta para melhorar a agricultura em uma determinada região do Estado, deverá inscrever-se no Partido Agricultura. Se o assunto do seu interesse estiver ligado à Educação, então deverá filiar-se ao Partido Educação. E assim por diante.

O Parlamento Jovem terá um Regimento Interno definido: Disposições Preliminares, Da Instalação, Dos Órgãos do Parlamento Jovem, Do Presidente do Parlamento Jovem, Do Vice-Presidente, Dos Secretários, Das Sessões, Da Apresentação e Discussão das Proposições, Das Votações, Da Escolha dos Partidos e Das Disposições Finais.

A nada chegaremos como pessoas e como nacionalidade, sem conhecimentos, que se fundamentam, ampliam e renovam, pela informação dos nossos jovens. Cabe a esta geração a responsabilidade de criar uma alternativa em nosso Parlamento, em todos os recantos geográficos e em todo o nosso estado, abrindo para cada jovem a janela mágica do conhecimento do processo democrático, a oportunidade de maravilhar-se, de desejar e de vir a ser, encontrando caminhos novos e mais ousados, como cidadãos informados, lúcidos e atuantes. Tudo isto nos reservam as lições de democracias que multiplicaremos, até a totalidade de nossas escolas, com a aprovação deste projeto de resolução.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 020/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º A licença do cargo de Deputado ou Deputada Estadual, para posse do suplente terá de ser de 120 dias ou mais.

Art. 2º Para que a licença seja concedida, quando for por problema de saúde, será obrigatório que o Deputado ou Deputada titular apresente laudo de junta médica do INSS, comprovando o problema de saúde e a necessidade do afastamento das funções.

Art. 3º Quando a licença for concedida, não poderá a mesma ser cancelada antes do prazo mínimo de 120 dias.

Art. 4º Durante a licença-médica, poderá quem assumir a função, se achar conveniente, substituir os funcionários comissionados, para a missão de assessoria, enquanto o suplente estiver no exercício das funções.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) ANTONIO BELINATI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa assegurar a tranquilidade para o suplente que for convocado pela Assembléia Legislativa. Pode ocorrer que o titular do mandato peça licença-médica por um determinado período e, repentinamente, resolver reassumir o cargo. Como não há nenhuma legislação sobre a matéria, o suplente fica sempre inseguro, sem saber, com certeza, por quanto tempo permanecerá exercendo o mandato do Deputado. A aprovação deste projeto será de grande valia para todos nós componentes desta Casa de Leis.

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 530/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro de Educação Infantil Pequeno Anjo, como sede e foro no município de São José dos Pinhais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### JUSTIFICATIVA:

O Centro de Educação Infantil Pequeno Anjo, é uma entidade jurídica de direito privado, de caráter filantrópico e assistencial, que tem por finalidade precípua a promoção de ensino de qualidade, o desenvolvimento das habilidades manuais, incentivando promoções de caráter cultural, desenvolvendo suas atividades de maneira integrada na área da educação, desenvolvendo na criança todo o seu potencial para a construção do seu próprio conhecimento.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de utilidade pública estadual o Centro de Educação Infantil Pequeno Anjo, do município de São José dos Pinhais.

#### PROJETO DE LEI Nº 531/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º A súmula e o artigo 1º da Lei nº 14223, de 17 de novembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:



“Súmula: Declara de utilidade pública o Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida, com sede no município de Floresta e foro no município de Maringá.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida, com sede no município de Floresta e foro no município de Maringá.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de retificação do nome da entidade beneficiado com o título de utilidade pública, restando inalterados os demais dados do Centro de Educação Infantil.

Permanecem inalteradas as finalidades da Creche, quais sejam prevenir a marginalização da criança carente e sua família; promover atividades recreativas, pedagógicas e culturais; promover o desenvolvimento da criança em todas as suas habilidades; e proporcionar às famílias condições para o trabalho sabendo que seus filhos estarão em segurança.

LEI Nº 14223

DATA: 17 de novembro de 2003.

SÚMULA: Declara de utilidade pública a Creche Nossa Senhora Aparecida, com sede no município de Floresta e foro no município de Maringá.”

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do parágrafo 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Creche Nossa Senhora Aparecida, com sede no município de Floresta e foro no município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17.11.03.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 532/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Cria o Programa de Atendimento às Famílias Enlutadas no Estado do Paraná.

Art. 2º Caberá ao Programa de Atendimento às Famílias Enlutadas:

I - a indicação do procedimento do funeral;

II - acompanhamento psicológico aos familiares, através dos órgãos de assistência social da rede pública;

III- encaminhamento de órfãos ao conselho tutelar.

Art. 3º O Poder Executivo, através de seu órgão competente, editará os atos necessários e complementares à aplicação desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A proposta apresentada visa criar o Programa de Atendimento às Famílias Enlutadas.

Com a aprovação deste projeto de lei, as famílias enlutadas receberão atenção especial no que diz respeito às providências básicas e necessárias para a realização de um funeral, como também, terão à sua disposição acompanhamento psicológico, visando com isso, assegurar tranquilidade e um breve restabelecimento às atividades normais, sem maiores consequências sociais.

Para os órfãos, especificamente, o programa realizará o encaminhamento ao conselho tutelar proporcionando, assim, atendimento individual indicado para cada caso.

Desta forma esperamos o devido apoio e a consequente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 533/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Incentivo ao Turismo Educativo, que visa possibilitar aos alunos das escolas da rede pública estadual o acesso ao patrimônio cultural, artístico e turístico do estado.

Parágrafo Único. Turismo educativo consiste na elaboração e execução de excursões, com roteiro de visitas, pelas escolas, em locais programados, assegurando-se que cada escola participe pelo menos uma vez ao ano, dentro das normas jurídicas vigentes.

Art. 2º O apoio do estado para que os alunos da rede pública estadual tenham acesso ao turismo educativo obedecerá às seguintes diretrizes:

I - proporcionar ao aluno o direito de conhecer seu próprio Estado, visitando cidades históricas, estâncias hidrominerais e pólos industriais, entre outros;

II - incentivar o aluno a ampliar sua comunicação e sua cultura;

III - incentivar o aluno no aproveitamento de suas atividades escolares, ampliando seu conhecimento através de novas experiências;

IV - propor meios para a seleção das excursões, de acordo com critérios pedagógicos e com temas que possam ser aproveitados nas salas de aula;

V - buscar parcerias com entidades públicas e iniciativas privadas para maximizar o acesso ao turismo educativo.

Art. 3º O turismo educativo poderá ser patrocinado total ou parcialmente por empresas particulares, que contarão com menção de apoio institucional do Governo do Estado.

Parágrafo Único. No patrocínio com redução parcial, as empresas poderão fazer descontos acessíveis nos pacotes programados, dentro de limites que poderão variar de 25% a 50%, para facilitar o acesso a todos os estudantes interessados.

Art. 4º São instrumentos da Política Estadual de Incentivo ao Turismo Educativo:

- I - assistência organizacional;
- II - divulgação de excursões nas escolas.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) LUIZ MALUCELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Esta proposição é mais uma conquista dos alunos da rede pública do estado, pois a maioria deles, principalmente no ensino fundamental, não tem condições de participar de excursões turísticas, devido à situação financeira de seus pais.

A proposta não trará despesas ao erário nem prejuízo às empresas de turismo, pois, apesar de os ingressos terem preços reduzidos, elas terão maior número de frequentadores nas excursões.

Considerando que esta proposição só trará benefícios, principalmente aos alunos menos favorecidos, conto com o apoio dos nobres Pares à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 534/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores das Comunidades Rurais de Campo Redondo, Bela Vista e Regiões - AMOR com sede e foro no município de Araucária/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) ROSANE FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A associação que pretendemos declarar de utilidade pública, com sede no município da Araucária - Paraná é uma sociedade civil sem fins econômicos, políticos, partidários ou religiosos com prazo indeterminado de duração.

A Associação de Moradores das Comunidades Rurais de Campo Redondo, Bela Vista e Regiões - amor tem como finalidades promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária dos moradores da associação; representar os moradores da associação em suas reivindicações junto aos Poderes constituídos; promover e contribuir para o desenvolvimento humano sustentável, como infra-estrutura, saneamento, lazer, cultural, social, econômico e bem-estar da comunidade; receber e administrar recursos de qualquer espécie e de qualquer natureza; colaborar com Poderes Públicos, Conselhos e outras entidades existentes na comunidade, dando-lhe conhecimento dos problemas na vida, pleiteando as respectivas soluções; desenvolver trabalho com a criança, adolescente e idoso, proporcionando-lhe uma melhor qualidade de vida; desenvolver cursos e treinamento para capacitação da comunidade; desenvolver atividades esportivas; participar de convênios públicos ou privados para o desenvolvimento sustentável da comunidade e desenvolver e capacitar a agricultura da comunidade, sempre preservando o meio ambiente regional.

A entidade não remunera, nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou títulos, a seus diretores, conselheiros, associados, instituídos, benfeitores ou equivalente.

Em anexo documentos e relatórios das atividades da Associação de Moradores das Comunidades Rurais de Campo Redondo, Bela Vista e Regiões. Por essas razões esperamos o devido apoio e aprovação a esta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 535/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Araucária - APADVA com sede e foro no município da Araucária/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) ROSANE FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A associação que pretendemos declarar de utilidade pública, com sede no município da Araucária - Paraná pessoa jurídica de direito privado, é constituída de uma instituição civil, sem fins econômicos, político parti-

dário, para qual não há limite de idade, sem distinção de nacionalidade, sexo, raça, cor ou credo, é de carácter cultural, educativo, assistencial e filantrópico, é um órgão de representação de seus associados que compõem de: pais, amigos, parentes, alunos e professores de pessoas com deficiência visual, não sendo remunerados seus dirigentes e conselheiros.

A Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Araucária - APADVA tem como objetivos e finalidades discutir e colaborar sobre as ações para a assistência ao associado, o aprimoramento do ensino e para a integração família-escola-comunidade; prestar assistência aos associados assegurando-lhes condições de eficiência escolar; integrar o deficiente visual no contexto escolar; representar os interessados dos associados junto ao Poder Público e Privado; promover o entrosamento entre os pais, alunos, professores e membros da comunidade, através de atividades sócio-educativa-cultural-desportiva; contribuir para a melhoria e conservação do estabelecimento escolar e equipamentos, dentro dos critérios de prioridade, sempre visando os associados; oferecer condições para a formação educacional, profissional e esportiva de seus associados; estimular a elevação do nível intelectual, artístico e cultural de seus associados; desenvolver programas de assistência, desenvolvimento e promoção social; estabelecer relações culturais e de amizade com entidades congêneres.

Na APADVA é vedada a remuneração na forma de salário pelo exercício dos cargos da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Departamento, bem como a distribuição de bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados de qualquer classe.

Por essas razões esperamos o devido apoio e aprovação a esta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 536/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Manoel Jacó Garcia Gimenes.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.08.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O professor Manoel Jacó Garcia Gimenes, conhecido profissionalmente por professor Jacó Gimenes é nascido em Franca, estado de São Paulo, em 17 de fevereiro de 1953, filho do Manoel Garcia Filho e de Maria Dolores Gimenes Pardo, onde fez o curso primário no Grupo Escolar Homero Alves e cursou na condição de bolsista o ginásio e as duas primeiras séries do curso científico no Colégio Champagnat.

Em 1969 com a notícia da criação da UEM - Universidade Estadual de Maringá transferiu residência em 02 de dezembro do mesmo ano, para cidade de Maringá. Cursou a terceira série do 2º grau no Colégio Estadual Gastão Vidigal em 1970.

Em 1971 ingressou na UEM no curso superior em Licenciatura em Química, cuja formatura foi em dezembro de 1974, sendo o mesmo, orador da turma de formados.

Em 05 de março de 1975 ingressou como docente na UEM, onde exerceu os seguintes cargos: Chefe de Departamento de Química (1976 a 1980), Diretor do Centro de Ciências Exatas (1980 a 1982), Pró-Reitor de Ensino e Pesquisa (1982 a 1983) e Vice-Reitor (1986 a 1990), tendo se aposentado como professor adjunto em 08 de junho de 2004.

Na UEM deixou como maiores realizações suas contribuições visionárias:

- no processo de democratização universitária,
- pela conquista da gratuidade do ensino superior,
- pela descentralização da UEM com unidades na região noroeste do Paraná, (*Campus* do Arenito-Cidade Gaúcha, *Campus* Regional de Goioerê e *Campus* Regional do Noroeste-Diamante do Norte),
- pelo resgate da importância da BCE - Biblioteca Central com o projeto de construção do prédio definitivo e qualificação de seus recursos humanos.

No período de 1972 a 1986 foi professor de Química no ensino médio, onde atuou no Colégio Marista de Maringá e na rede estadual de ensino. Como professor trabalhou em cursos pré-vestibulares de 1972 a 1980.

E 1982 foi candidato mais votado para o cargo de Reitor da UEM na eleição organizada pela comunidade universitária.

Nos anos de 1984 e 1985 atuou em Curitiba na Secretaria de Estado da Educação como Coordenador do Centro de Ciências do Paraná - PADCT/SPEC, onde proferiu palestras e cursos em todas as regiões do Paraná, tendo como destaque as Feiras Escolares de Ciências e seus projetos.

No período de 1990 a 1992 implantou e presidiu a FADCT - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Vale do Piquiri que viabilizou a instalação da UEM com o *Campus* de Goioerê.

Em Campo Mourão foi Secretário da Indústria, Comércio e Turismo no período de 1994 a 1997 e Assessor de Desenvolvimento junto a COMCAM - Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão no período de 1999 a 2001, onde foi implantado em parceria com o SEBRAE o PRODER - Programa de Desenvolvimento nos Municípios.

Em 05 de julho de 1996 criou em Campo Mourão o Instituto de Cultura e Desenvolvimento que presta serviços em Educação Empreendedora, Gestão Municipal e Negócios do Turismo, tendo como clientes: prefeituras municipais, empresas, instituições de ensino e SENAR-PR.

Ainda em Campo Mourão presidiu o Conselho Municipal de Turismo e coordenou o Processo de Municipalização do Turismo, com a conquista do Selo Ouro junto ao Governo do Estado do Paraná, nesta época teve início a construção do Roteiro Gastronômico do Turismo Regional via Projeto Bem-te-vi, onde hoje 17 municípios já se orgulham de oferecer seus pratos típicos.

Em 28 de maio de 2003 institucionalizou em Maringá o movimento iniciado em 1998 em Campo Mourão na forma de uma organização da sociedade civil de interesse público, a RETUR - Rede de Turismo Regional, onde exerce o cargo de Presidente e atua como técnico junto aos projetos de desenvolvimento sustentável pelo Turismo: GETER, Costa Rica, Corredor do Ivaí e Governança do Turismo no Noroeste do Paraná.

Como distinção foi Paraninfo Geral das Formatu-ras Conjuntas da Universidade Estadual de Maringá nos anos de 1982 e 1983.

É Cidadão Honorário dos municípios de Cidade Gaúcha e Goioerê.

Dois marcos foram construídos nos últimos 35 anos pelo Professor Jacó Gimenes como cidadão e profissional, a saber:

- Educação para Ciência,
- Desenvolvimento Sustentável.

Como maior orgulho tem os seus filhos: Emanuel Alberto Sperandio Garcia Gimenes, 31 anos, que exerce em Maringá o cargo de Juiz Federal e Maria Henriqueta Sperandio Garcia Gimenes, 30 anos, que exerce o cargo de professora no Curso de Turismo da Universidade Federal do Paraná.

Tem pós-graduação "*Latu Sensu*" em cursos pela UEM e UNISUL - SC.

É Instituidor das fundações FADEC/UEM e FUN-CEFET/CEFET/PR.

Em 1974 ganhou do Colégio Marista de Maringá o prêmio de professor destaque com uma viagem aos Estados Unidos.

Em 1989 criou e implantou a APADEC - Associação Paranaense de Desenvolvimento do Ensino da Ciência.

Em 2006 na condição de prestador de serviços ao SENAR-PR em Turismo Rural conquistou no 4º Encontro de Senarianos do Sindicato Rural do SENAR o Prêmio de Intrutor Destaque.

O professor Jacó, como é sempre conhecido, detém o recorde nacional de 185 cursos ministrados em Turismo Rural, entre setembro de 2003 a julho de 2007.

Concluindo pode-se pela força do entusiasmo e empreendedorismo na cultura do desenvolvimento, definir a personalidade de Jacó Gimenes.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a concessão do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná a este grande cidadão brasileiro.

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Não havendo oradores inscritos, passamos ao Grande Expediente. Com a palavra, Deputado Antonio Anibelli.

## ***Deputado Antonio Anibelli (PMDB)***

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

As minhas boas-vindas neste reinício de semestre desta legislatura, companheiros, nossos colegas funcionários da Casa, nossos jornalistas, Deputados, Mesa Diretora.

É uma satisfação vir nesta 1ª Sessão do dia 1º de agosto usar a tribuna. Não estava incluído, eu estava preparado para vir à tribuna e nem achava necessário, porém, surpreendido pelos jornais O Estado do Paraná, a Tribuna do Paraná e a Gazeta do Povo, ao chegar em Curitiba, às 12h45 deparei-me com a Gazeta do Povo, com um artigo na página política. Todos os senhores sabem que não sou de fazer o que estou fazendo, minha vida pública e o meu norte político sempre me levam, com muita responsabilidade, aos Deputados.

O Paraná conhece a minha posição de respeito e de dignidade, mas não posso concordar com o jornalista Celso Nascimento. Não sei se a Gazeta do Povo, talvez, com a doença do Dr. Francisco Cunha Pereira, que sempre foi um gentleman, um homem respeitado e de um tirocínio político muito grande. A Gazeta do Povo, este jornal maravilhoso, que assino, recebo na minha porta - às 7h da manhã - e o leio todas as manhãs, falando besteira e bobagem.

Ontem, estava em São Carlos do Ivaí e recebi um telefonema do Vereador Lauro, que espantado, perguntava para mim se era verdade o que a Folha de Londrina dizia, que quiseram assassinar o Governador Roberto Requião. Eu disse: não vi a Folha de Londrina, mas isso é coisa requentada, é notícia de 90 dias atrás. E se a Folha de Londrina está reproduzindo isso, é estranho, é notícia passada.

O Governador Roberto Requião está em Nova Iorque, batendo o sino em homenagem à valorização das ações da COPEL, na Bolsa de Nova Iorque. Só se talvez quisessem matar o Bin Laden, lá nos Estados Unidos, para mim seria coisa nova. É claro que era notícia requentada.

Hoje, para nossa surpresa, vem aí o jornalista Carlos Celso Nascimento, analisando no primeiro item: assassinato, parte 1, lê e relata fielmente o que aconteceu: "Em meados de abril, o Sr. Cléber Gomes, sem profissão definida e vasto prontuário nas polícias do Paraná e de Santa Catarina, escreveu um e-mail ao Governador Requião, informando da existência de uma suposta trama para assassiná-lo. Faziam parte do complô o Delegado

Dr. Plínio, o ex-Prefeito Hilário, ele cita algumas personalidades, o ex-Prefeito da Ordem dos Advogados, o Sr. Raul Bueno, e os advogados Auro de Mello e Celso Sonsa. O Requião mandou investigar. Foi investigado. O Governador ligou de Brasília para saber se eu conhecia o Dr. Plínio e eu disse: conheço, Governador. O Dr. Plínio é um advogado de família tradicional na cidade de Palmas, mas, pelo que eu conheço da sua vida pública, da sua família - o seu pai, o Dr. Plínio Gomes foi Presidente do MDB, em Palmas - mas o Dr. Plínio, pelo que eu conheço, é um Delegado mediano, que tem sua vida de policial nas cidades de Palmas, Clevelândia e Manguaerinha. Nas 3 cidades por onde passou era acostumado a beber nos botecos, proteger vagabundos, e não era um Delegado competente, como aqueles Delegados que gostamos, como o Delegado Bradock que foi para Palmas e mandou prender todos os ladrões e vagabundos que tinha na cidade. Todo mundo foi embora, e lá o Dr. Plínio convivía.

Inclusive, esse tal Cleber Gomes, homem de uma ficha pregressa, conseguiu roubar um revólver dentro da Delegacia de Clevelândia, quando o Dr. Plínio era Delegado.

Então, vejam o gabarito do Dr. Plínio Gomes, e analisa tudo e vai, vai. O Delegado foi transferido, eu fui procurado pela Ordem dos Advogados, pelo Presidente do PMDB, ex-Vereador Vilmo Rodrigues, tomei as posições, falei com o Governador, falei com o Secretário da Segurança: olha, o Dr. Plínio é incapaz de fazer um ato desses. Primeiro, porque ele é um cara acomodado, não tem peito para peitar o Governador, ou peitar um bandido. Segundo, porque eu conheço a vida, o pai era um advogado, companheiro nosso, Presidente do PMDB. Ele não tem coragem para isso. Então, é gente boa. Falei com o Secretário e ele disse: "Não, Deputado. Nós precisamos fazer um rodízio". E isso eu acho que os Delegados de Polícia têm que ficar 6 meses, 1 ano em cada cidade, em cada comarca, para serem transferidos, porque ali começam a ser manipulados ou se encostam em marginais, ou recebem propinas do jogo do bicho.

Os Delegados corruptos, uma grande parte, são corruptos e recebem propina, sim, todo mundo sabe, porém, talvez não tenham coragem de dizer. A maioria da Polícia é trabalhadora, procura lidar com bandidos, lidando contra armamento pesado. Cito alguns Delegados que eu conheço, que passaram, por exemplo, o Delegado Bradock, e tantos outros Delegados que passaram pelo comando da Polícia Civil que têm uma ficha limpa e que trabalham. E os melhores Delegados estão nas cidades melhores, Ponta Grossa, Londrina, Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá, todos nós sabemos, ou nos distritos da capital. E aqueles acomodados ficam em Clevelândia, em Manguaerinha, em Palmas, em União da Vitória. E em União da Vitória, de vez em quando vai algum Delegado da pesada, daí o pessoal parece que não gosta. Prenderam toda a Receita Estadual de União da Vitória, ficou 60 dias na cadeia, todos os funcionários da Receita Estadual fica-

ram na cadeia em União da Vitória por desvio de dinheiro e desvio de documentos. E aí analisa, foram procurados, eu os recebi em meu gabinete e fiquei um dia inteiro com eles. Fiz, intercedi, inclusive pelo Dr. Plínio: não, deixa ele lá, ele não é capaz de nada. Tudo bem, foram embora. O Secretário disse que ele seria transferido, que iriam fazer um rodízio e que iriam mandá-lo embora, mandá-lo para outra comarca para trabalhar, porque lá ele estava muito mal acostumado.

Aí vem o assassinato, parte 2. No encontro, surpreenderam-se o advogado e a Ordem dos Advogados com a confissão do Deputado Antonio Anibelli, de que foi o mentor da falsa denúncia e que teria feito, a pedido de um aliado, o Prefeito de Manguaerinha, Miguel Rodrigues de Aguiar, interessado na saída do Delegado. Tudo mentira. Aliás, o Dr. Plínio esteve em Manguaerinha como Delegado e foi medíocre também ao morar em Palmas e ser Delegado em Manguaerinha, que fica a 75 quilômetros, a distância das duas cidades, e mantinha a delegacia nas mãos de um assessor dele, um escrivão, funcionário da polícia que usava a delegacia à noite para fazer trambiques sob suas vistas grossas. Então, ele é um relapso também.

"Explica-se o aborrecimento do Deputado e do Prefeito com o Delegado, Plínio Gomes, pois o policial foi quem prendeu Antonio Anibelli, em flagrante, nas eleições de 2002, por suposta compra de votos, a pedido da Juíza de Direito de Palmas." Não aconteceu nada disso! Eu fui detido em Clevelândia, na minha cidade, na eleição de 2002, fato que teve repercussão, porque montaram um negócio que eu estava comprando votos, tanto é que não houve inquérito, não houve prisão, houve apenas um esclarecimento. As notícias de rádio e jornal saíram no Brasil inteiro e não aconteceu nada, porque não houve nada! O Dr. Plínio não tinha nada com isso e ele era Delegado em Clevelândia.

"A pedido da Juíza de Direito de Palmas que depois o inocentou por falta de provas." Não houve nada disso! "Já o Prefeito, revoltado com o fato de o Delegado ter aberto inquérito contra o Vereador e seu grupo, suspeito de receptação, denunciou ao Ministério Público." Exatamente, o Prefeito denunciou o Sr. Plínio Gomes por manter um escrivão que apreendia revólver dos agricultores, dos trabalhadores. O Deputado Zucchi conhece a região, Deputado Caíto, Deputado Rossoni, a Deputada 2ª Secretária, e depois achacava, aliás, várias comarcas, o município de reserva, várias comarcas que sabemos porque fazemos política, nós sabemos das pessoas que prendem os agricultores, que prendem armamento e depois exigem propina, prendem ônibus e ficam com o dinheiro dos nossos sacoleiros.

Então, isso é uma constante, mas de tanto você perturbar os Secretários, o Governador - e um voto de congratulações ao Governador, que não admite, e nós Deputados da base aliada sabemos que se você pedir para tirar um Delegado ele fica 2 anos naquela comarca! Não adianta pedir porque ele não sai! Então você não pede, eu não peço, porque sei que o Governador deu ordem e o

Secretário, que é um homem ríspido, duro, nem conversa com os Deputados, com alguns ele conversa, enrola e não transfere.

“Juntando tudo isso acharam na pessoa do Cleber Gomes” e aqui o jornalista Celso Nascimento deveria levar para sua casa o Cleber Gomes, drogado, viciado, ladrão de revólver, processado em todas as comarcas onde passou! Quer dizer, o jornalista dá a versão de um vigarista, de um vagabundo, de um picareta que deveria estar na penitenciária!

Depois eu vou chegar na Tribuna e no Estado do Paraná, que disseram que o tal do Cleber Gomes foi funcionário da Assembléia Legislativa, Sr. Presidente, e apareceram advogados no meu gabinete com uma ficha funcional, eu porque conheço como funciona a Casa. Sou funcionário da Casa desde os 18 anos, tenho 63, há 45 anos sou funcionário da Assembléia, graças ao bom Deus! Aqui aprendi a ser honesto, sério e trabalhador e a não mentir para a opinião pública estadual! Este cidadão deve ter vindo à Assembléia, pegou algum contracheque de algum funcionário e fez uma vez uma montagem medíocre, é de chinelo. Os advogados trouxeram para mim, eu levei ao Departamento de Pessoal, mandei ver se este cidadão teria sido funcionário da Assembléia, em algum tempo. De cara eles disseram: “Isso aqui é falsificado, não existe este número”. Fui no Diretor Geral, a mesma coisa, não existe a ficha funcional do cara e ele nunca foi funcionário da Assembléia!

“Palmas é a cidade do policial e lá tem a família”, e daí para qualquer idiota jornalista, mesmo que não tenham diploma, diz aqui: “Palmas é a cidade natal do policial e lá ele tem família. Numa quinta-feira, 14 de junho, quis viajar a passeio para a sua terra, aproveitando a folga regulamentar, mas foi impedido por ordens superiores e advertido: “se voltar, a coisa vai complicar”.

Então, dá para entender que deve ter sido o Dr. Plínio Gomes Filho que repassou, ao infeliz Celso Nascimento, essa mentira e essa inverdade e ele traduziu na sua Folha, aliás, ele traduziu que a dona Maristela Requião tinha viajado para Nova Iorque, gastando tanto e tanto, foi desmentido todos os dias pela televisão, e todo mundo sabe.

Então, 2 tiros n’água, 2 erros crassos.

Estou à disposição e faço um desafio ao jornalista: que traga aqui todas as pessoas que cita, para ver quem tem razão, se eu não atendi as pessoas, se eu não acompanhei, se eles me trouxeram a ficha funcional, seu eu não dei explicações a eles até o fim da tarde, que o rapaz não era jornalista, que o rapaz não tinha sido funcionário. Eu dei todas. Vejam a barbaridade! Deve ter sido o Dr. Plínio que, falando ao jornalista, e de Palmas já me informaram pedindo mil desculpas, que foi um erro da televisão, que foram fazer uma gravação a pedido e deu nessa confusão.

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Obrigado pelo aparte. Esse jornalista Celso Nascimento, na verdade, para mim, é um grande irresponsável. Escreveu na sua coluna, matéria contra mim, maldosa, mentirosa. Picaretagem dele. Eu o estou processando e nem o Oficial de Justiça consegue citá-lo. Eu já liguei na Gazeta do Povo e nos informam que ele escreve a coluna da casa dele, anônimo. Então, daqui a uns dias, a Gazeta do Povo passará a responder pelos seus atos. Então, é um irresponsável esse jornalista. V. Exa. tem razão. Eu já o estou processando e agora vou colocar outro processo. Não podemos nos submeter a esses jornalistas desse tipo, colocando a moral das pessoas como se fosse a dele.

Então, quero lhe parabenizar pela sua indignação, não podendo ficar calado diante de um jornalista tão irresponsável como ele. A Gazeta do Povo, grande jornal que é, deveria tomar uma providência com esse seu funcionário.

**O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)**

Eu agradeço, Deputado Dobrandino, e por isso vim a tribuna, porque quando eu digo e sai nos jornais que falam mal de Deputado dá IBOPE e falar mal de políticos dá IBOPE, quando você fornece uma entrevista para a Gazeta do Povo, como eu forneci no início do mês de julho, muitas coisas não saem de acordo com o que você diz.

Eu me referi ao Renam Calheiros, sobre o problema da amante dele e dizia, na minha entrevista, que tudo é culpa da mentira do salário dos Deputados e Senadores em Brasília. Eles querem esconder os salários e depois entram na base dos penduricalhos, das vantagens, passagens aéreas, auxílio moradia, gabinete. Não sei quantos milhões por mês tem um Senador ou um Deputado Federal. Daí, eles vêm falar mal dos Deputados, e falar mal de político é bom, dá IBOPE, dá matéria, vende jornal. Agora, falar mal de Deputado sério e justo como eu, ele vai cair do cavalo.

Me causa estranheza quando eu chego na Assembléia e vejo aqui armação fajuta do jornal Tribuna do Paraná e do jornal Estado do Paraná, do Dr. Paulo Cruz Pimentel. O Dr. Francisco está doente, está enfermo. Deus ajude que ele ressurgja, mas o Dr. Paulo Pimentel? Será que o Dr. Mussi tem razão quando fala que ele está quebrado, ou será que ele está precisando vender jornal para falar mal do Deputado Anibelli? Fui eu que fui ao Estado do Paraná pedir para filiar-se ao PMDB, para ser nosso candidato a Governador. Ele que foi meu colega Deputado Federal, que foi companheiro do meu pai, que convidou a muito tempo atrás para entrar no PMDB, quando meu pai era vivo, há 30 anos atrás. Será que o Dr. Paulo Pimentel, que beijou a chibata da Revolução de 1964, quando quando fechou a sua televisão Iguaçu que nós, nesta Casa e em Brasília, nos revoltamos contra a ditadura que me referia recentemente no episódio da Venezuela, quando Hugo Chávez fechou aquela televisão. Nós defendemos a democracia e a liberdade de imprensa, mas da imprensa séria e justa, que tem o poder de falar coisas sérias e direitas e não assacar mentiras

contra gente séria. Será que o Dr. Paulo Pimentel se esqueceu? E eu ainda, no episódio da televisão da Venezuela, dizia que por ser o mais velho - os outros não lembram que aqui no Paraná houve uma anomalia na época da ditadura militar e fecharam a televisão do Dr. Paulo - e nós levantamos a voz nesta Casa, não só na época, mas também agora, há pouco tempo, eu citava o exemplo da televisão do Dr. Paulo.

Será que o Dr. Paulo, que me convidou para ser seu suplente de Senador quando ele foi candidato do PMDB, e o Governador Requião não deixou eu aceitar e indicou o seu genro, Dr. Mussi. Não fui suplente e fui salvo, porque o Governador pediu que eu fosse candidato a Deputado Estadual para representar a região sul, e o sudoeste do Paraná naquela campanha. E eu fiz 36 mil 853 votos e fiquei 1º suplente e fui mantido na Assembléia como Líder da minha bancada durante os 4 anos. Será que eu estava enganado em ter aceitado aquele pedido ou o Governador Requião tinha razão em não ter deixado eu ser suplente e fez o convite a seu genro?

Problemas de briga de família é de família. Briga de quadrilha é briga de quadrilha, briga de Deputado com a imprensa mentirosa é briga de homem contra a mentira. E eu não aceito que o Dr. Paulo Pimentel, no Estado do Paraná, na Folha ou na Tribuna, venha falar inverdades que esse miliante, esse vigarista que talvez poderia ser funcionário do Estado do Paraná ou da Tribuna era meu funcionário na Assembléia. Meus funcionários têm dignidade, a minha história de 45 anos de Assembléia faz com que eu me sinta orgulhoso dos meus colegas funcionários e meus colegas Deputados.

Por isso caros jornalistas e companheiros Deputados, falar mal de Deputado sério não presta, não pega. Não sei o que vou fazer com este companheiro do Dr. Cleber Gomes, o jornalista Celso Nascimento. Quem sabe a ficha dele também seja de vigarista, ladrão de revólver, talvez de falsificação, uso de drogas, talvez, não sei, vou descobrir. E talvez eu venha logo aqui para ver que o jornal Gazeta, que tanto nós admiramos todo tempo, quando estava sobre a batuta o Dr. Francisco Cunha Pereira, acho que está diminuindo, vem caindo, pelo menos no meu conceito, e das pessoas sérias do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado Srs. Deputados. É difícil iniciar um semestre com um discurso que eu não gostaria de fazer. Tenho sido calmo, tranqüilo, respeitando as pessoas. Mas, a minha vida de 33 anos de mandato, com 24 do meu pai, são 57 anos de mandato. Se Deus quiser, vou completar os 60 anos. Não pode ser manchada por um picareta, irresponsável, tanto que escreveu no Estado do Paraná, na Tribuna e na Gazeta do Povo.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência se solidariza com o Deputado Antonio Anibelli, até porque a sua vida diz muito mais do que algumas linhas no jornal.

## Horário das Lideranças:

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

## Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

### O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Deputado Antonio Anibelli, fez um desabafo aqui, com toda certeza, coroado de êxito, porque conhecemos sua vida há muitos anos e sabemos até daqueles momentos importantes, que V. Exa. quando fala, realmente tem coragem de falar. Então, queria cumprimentar V. Exa. e dizer que, infelizmente, às vezes a imprensa prefere mais a desgraça que as coisas boas. Infelizmente. Mas, nem todos são iguais. Tem a imprensa séria e tem aquela que tem esse lado que V. Exa. falou. Existem, em todas as profissões: os bons radialistas, os bons jornalistas, os bons Deputados. Em toda profissão tem os verdadeiros e aqueles que não são verdadeiros. E V. Exa., ao cobrar esta notícia, tem toda razão, porque é tão difícil quando caluniam você e você não tem a oportunidade de se defender.

Passei por alguns momentos, quando Prefeito, e aos poucos eu fui vencendo essas etapas. Até aquela famosa fita que passou no Fantástico, uma vez, em Ponta Grossa. Agora, um radialista, um funcionário da Prefeitura ganhou uma ação lá em Ponta Grossa e foi provado que as fitas foram montadas. Montadas! E a Rede Globo pôs no Fantástico e colocou para o Brasil inteiro, às vésperas das eleições, para nos desgastar. E assim por diante. Tantas outras histórias que sofremos e a verdade demora a aparecer. Enquanto isso, ficam os mentirosos de plantão. Infelizmente.

Minha solidariedade a V. Exa. porque lhe conheço antes de ser Deputado, conheço-lhe da nossa Clevelândia.

Por exemplo, o Tribunal de Justiça, acho que fez justiça e liberou o policial Rasera. Deu a ele um *habeas corpus* e o direito de se defender em liberdade, até porque tem uma vida e uma ficha com muito trabalho à corporação da Polícia Civil do Paraná, e vai responder, agora, por aquilo que lhe acusam. Mas, tinha o direito. E aí o Tribunal de Justiça agiu corretamente ao dar a ele o direito de, em liberdade, colocar aquilo que lhe poderá inocentar, na seqüência. Então, aqui fica este registro, porque na semana que entramos em recesso, cobre a saída do policial Rasera.

Por outro lado, também, quero destacar aqui, e acho muito importante, Srs. Deputados, que tivemos menos de 15 dias de recesso e pouco se falou disso, quase não vi ninguém falar disso. Porque antigamente o prato era esse: que os Deputados tem recesso na metade e no final do ano. E agora nós ficamos aí, nem 15 dias, a grande maioria do pessoal trabalhando e infelizmente não se noticia isso, porque isso não vende, não dá IBOPE.

A Segurança Pública, Deputados Marcelo Rangel, Péricles, aquele taxista desaparecido em Ponta Grossa acabou de ser encontrado, assassinado na região de Furnas. E não se pode dizer, agora, que tudo é culpa da segurança; um bandido assassinou um taxista. Esse é um crime que revolta nossa comunidade! Isso também revolta os taxistas. Aquele taxista encontrado, agora, há poucos instantes lá em Ponta Grossa, com um tiro na cabeça e que foi assassinado por um elemento ainda não identificado pela Polícia. Infelizmente, ainda existem estes fatos.

Mas, o que eu queria falar hoje, Sr. Presidente, é que tenho lido as notícias nos últimos dias - Deputado Dobrandino, V. Exa. que já foi Prefeito, Deputada Beti Pavin, Péricles de Mello - acho que vamos reativar a Frente Municipalista dos Prefeitos, nesta Casa, e vamos exigir os mesmos direitos para os Prefeitos ao Tribunal de Contas do Estado. Estou aqui com os documentos que mostram que o Tribunal de Contas recomendou a aprovação das contas do Governo do estado do ano passado, de 2006, com 23 ressalvas e pede para aprovar as contas dizendo que foram erros e até vi o Chefe da Casa Civil, que por muitos anos foi Conselheiro, dizer ao nosso estado do Paraná que ressalvas não são improbidade administrativa.

Então, Deputado Dobrandino, Deputada Beti, Deputado Péricles, vamos reativar a Frente Municipalista e vamos exigir que seja cumprida a Lei Orgânica que esta Casa aprovou. O mesmo direito que tem qualquer documento assinado do Tribunal de Contas, qualquer conta aprovada, tem o mesmo direito dos municípios do estado do Paraná. Não existem 2 pesos e duas medidas! E por ironia do destino, fui citado hoje das minhas contas de 1998, pela Câmara de Ponta Grossa, e já está em fase final mas a Câmara me deu 10 dias para eu me defender, porque no final do fechamento das minhas contas da educação faltou quase 1% de investimento em educação. Não é que faltou, mas o Tribunal glosou as contas da educação e por causa disso desaprovou as minhas contas de 1998, e aqui está o documento da Câmara me convocando para ir lá fazer a prestação de contas. Então, o que é isso aqui?

Deputado Péricles, V. Exa. foi Vereador em Ponta Grossa e lá fez uma lei muito bonita, que dava o direito à criança carente, pobre, de andar de ônibus pago pela Prefeitura quando a escola fosse a mais de 1.000 metros das casas. Isso é lei aprovada pela Câmara Municipal de Ponta Grossa e V. Exa. é o autor. Essa lei, no Governo Paulo, foi cumprida e quando assumi e entendi que a lei era boa, dos 15 mil passei a pagar mais de 60 por mês, fazendo valer a lei, porque eu achava que era boa para os estudantes carentes do município. E o Tribunal glosou e disse que não podia pagar, que era ilegal, que não é investimento em educação e não aceitou os restos a pagar e assim por diante.

Então, Sr. Presidente, acho que está na hora de o Tribunal de Contas do Paraná parar de brincar com os Prefeitos do Paraná. Ou eles param de brincar ou vou

achar uma forma de entrar aqui com o impedimento legal dos Srs. Conselheiros. Vou buscar na lei essa brecha! Vou pedir o impedimento dos Conselheiros do Tribunal de Contas, porque não é justo o que eles fazem com os Prefeitos! Não é justo! Não estou acusando o Governo de ter feito algo, que para alguns improbidade não é crime e para outros é crime. Não existe isso! Não existem 2 pesos e duas medidas! O Tribunal de Contas recomenda a aprovação e esta Casa haverá de ter responsabilidade, porque vamos ter que analisar isso com muito cuidado, porque temos que analisar, na sequência, essas contas, e agora não posso concordar que o Tribunal “ferre” os Prefeitos, julgue dos Prefeitos, e quem é do interior sabe o que representa uma reprovação de contas diante de uma comunidade! Reprovação por parte do Tribunal significa que o Prefeito não presta, que o Prefeito é bandido, que o Prefeito é ladrão. Agora, para o estado, representa o quê? Não é nada, diz o Sr. Iatauro - catedrático do Tribunal de Contas - que improbidade administrativa não é crime!

Por isso, Srs. Deputados, precisamos fazer valer a Lei Orgânica que esta casa aprovou, ou senão, Sr. Presidente, se não tivermos a responsabilidade de fazer o cumprimento da Lei Orgânica que esta Casa aprovou, vamos ter que ir para casa e vamos deixar de ser Deputados. Vamos fechar a Assembléia! Acho que temos que fechar a Assembléia! Vamos fechar a Assembléia, porque não adianta! Fazemos leis aqui e não se respeita a lei. Vamos para casa! Vou pedir para ir embora! Quer dizer, para os Prefeitos não vale e para o Estado vale, para os Prefeitos da capital vale e para os Prefeitos do interior não vale. Não dá mais para continuar! Sr. Presidente, ou cumprimos essa Lei Orgânica ou vamos ter que deixar de ser Deputados! Como protesto vamos ter que fazer algo! O Tribunal de Contas do Paraná tem que parar de brincar com os Prefeitos, tem que se sérios, porque senão, Sr. Presidente, vou buscar, na forma da lei, um argumento para pedir o impedimento dos Srs. Conselheiros. Eu vou buscar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PDT. Bloco PPS/PMN. Bloco PSB/PL/PRB/PV.  
Com a palavra Deputado Reni Pereira.

### ***Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputado Reni Pereira (PSB)***

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não faríamos uso da palavra no dia de hoje, mas até em virtude do pronunciamento do Deputado Jocelito Canto, e para que não paire dúvida nesta Casa, vamos nos pronunciar quanto ao julgamento das contas do Governo do Estado na última sexta-feira. Infelizmente, o Deputado Jocelito Canto está coberto de razão quando afirma que existem 2 pesos e duas medidas no Tribunal de Contas. E aproveito para solicitar, Sr. Presidente, que desde o



dia 29 o parecer prévio do Tribunal já deveria ter chegado nesta Casa. Se chegou, solicito que me seja enviado na íntegra, com todos os pareceres anexos, porque existe muita coisa estranha.

E quero dizer, para não usar todo o tempo, que o parecer técnico foi pela desaprovação das contas, e não ao contrário do que arrotou grosso, ontem, o Secretário da Fazenda, na escola de Governo, inclusive zombando deste Poder e do próprio Tribunal de Contas, dizendo que sempre foram aprovadas, por unanimidade, as contas do estado do Paraná, com algumas ressalvinhas. Essas ressalvinhas são várias ressalvas graves, vários crimes de responsabilidade fiscal. Então, a coisa não é tão simples assim.

E mais uma vez, pelo desdém, pela ironia este Governo prefere partir para ataque, inclusive à pessoa do Deputado Valdir Rossoni, à minha pessoa, para encobrir, e para que não fizéssemos uso até de um direito, que se não só constitucional, moral, e até um dever que todos temos nesta Casa.

Então, não é tão simples assim. Infelizmente, o Líder do Governo não está aqui, como o Secretário, e o Diretor quis transparecer ontem na TV Educativa.

Eu, para não me alongar mais, quero esperar chegar a esta Casa o parecer prévio e todos os documentos a ele apensados, porque até o início do mês de julho, portanto já depois da 2ª publicação, o parecer técnico do Ministério Público do Tribunal de Contas era pela desaprovação. Agora, o parecer que foi elaborado na sexta-feira, queremos ver os argumentos, com base no quê aquilo que era acentuado como grave pelo Ministério Público, transformou-se em ressalvinhas nas palavras do Secretário da Fazenda no dia de ontem, e essas ressalvinhas, como o Deputado Jocelito Canto falou aqui, inclusive constam no relatório do Ministério Público em relação aos Prefeitos, são coisas consideradas gravíssimas, inclusive ensejando improbidade administrativa, cassação de mandato e tantas outras consequências.

Então, só quero uma coisa que eu já tenho conhecimento que existe e eu quero dizer, para que o estado se abstenha de publicar dados provisórios, porque justamente o critério que se quer dar quando o estado publica algo no Diário Oficial é a robustez e a solidez de dados objetivos para facilitar a fiscalização do controle externo da população, da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Contas.

O que quero dizer é que o estado não pode brincar de publicar uma coisa e daqui a pouco corrigir.

Tudo aquilo que fizemos no 1º semestre foi com base em informações oficiais, explicitadas aqui em Audiência Pública e, posteriormente reconhecidas aqui pelo Secretário Heron Arzua. Agora, ele não precisa partir para o desdém, porque aí iremos apelar para ver por que aquilo que era gravíssimo passou a ser ressalvinha.

Não tenho nenhum constrangimento de solicitar uma auditoria e pedir a esta presidência que não coloque

em votação, porque quem vai aprovar ou não é este Plenário.

Concedo aparte ao Deputado Caíto Quintana.

#### **O Sr. Caíto Quintana (PMDB)**

Deputado Reni Pereira, V. Exa., até pela função que exerce na vida privada, tem levantado fatos que, muitas vezes têm servido como parâmetro para a secretaria. Também não quero entrar no mérito. Se, eventualmente, no balanço tiver algo lançado equivocadamente, o caminho que existe é republicar pela forma correta.

Devemos aguardar a chegada do parecer prévio do Tribunal de Contas e que discutamos sobre aquilo que o Tribunal de Contas diz a respeito das contas, porque pela informação que tenho, houve, sim, aprovação com ressalvas.

Então, vamos discutir isso em cima do parecer, porque se torna muito mais importante para a Assembléia Legislativa e não ficamos no “achômetro”, ficaremos em cima de um fato concreto.

Muito obrigado!

#### **O SR. RENI PEREIRA (PSB)**

É isso que tentei fazer desde o mês de março, quando pedi com base no quê o Secretário tinha contabilizado com dinheiro em caixa. Dinheiro fictício, que não existia e não existe até hoje. A exemplo do que está ocorrendo agora, partiu para o ataque para não responder. Depois de 4 meses, o próprio Tribunal de Contas, A Secretaria do Tesouro Nacional disse que realmente estava errado, republicaram aquele balanço reconhecendo o erro.

Quero dizer que, apesar da aprovação por unanimidade, constam no relatório várias irregularidades que serão apuradas na seqüência pelas diretorias especiais, que continuam analisando os fatos se são ilegais, não em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Gostaria de solicitar que assim que chegar a esta Casa o parecer prévio, que seja enviado para mim uma cópia, para que eu possa falar sobre os dados concretos que embasaram a aprovação por unanimidade, apesar do parecer técnico apontar várias irregularidades.

Muito obrigado!

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Democratas; PP, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

### ***Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati***

#### **O SR. ANTONIO BELINATI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero desejar aos colegas muito sucesso, muita prosperidade, bom trabalho nessa 2ª etapa do 1º ano do nosso mandato desta legislatura.

Cumprimentar o Deputado Nelson Justus, porque mesmo no período de recesso, esteve sempre no comando

desta Casa, principalmente dando atenção aos Prefeitos, Vereadores e às lideranças do interior.

Parabéns, nobre Presidente Nelson Justus!

Quero anunciar, Sr. Presidente, que estamos encaminhando a V. Exa. um projeto de resolução. Até peço desculpas ao pessoal da imprensa porque, inicialmente, foi um projeto de lei e foi alterado para projeto de resolução, fixando normas para quando algum Deputado ou Deputada se licenciar do cargo. Se este projeto for aprovado, suplente só vai poder assumir, aqui como já é, se a licença for de 120 dias ou mais e se ela for motivo de saúde.

Quem estiver doente, vai pegar licença por 120 dias para assumir o suplente, vai ter que passar por uma junta médica do INSS, porque se estiver doente não vai ter problema, não vai ter vergonha de ir, já que nós Deputados pagamos todo mês do nosso salário a nossa contribuição para a Previdência Social. Então, para o titular se afastar do cargo e assumir o suplente, se for caso de doença, ele terá que ir à junta médica do INSS, trazer o atestado aqui e, com certeza, o Plenário dará essa licença.

O principal objetivo deste meu projeto “feijão com arroz” é o seguinte: que aquele que se ausentar do cargo, Deputado ou Deputada, por 120 dias ou mais, não vai poder voltar para o cargo antes de terminar a licença, porque a pessoa vem aqui, traz os parentes, traz a liderança, faz uma festa para assumir o cargo e aí fica aquela interrogação: está sujeito a, no outro dia, ter que se levantar daqui e dar lugar para o titular que resolveu voltar traz para o exercício do cargo.

Então, é uma medida que estamos tomando, no sentido até de quando ocorrer essa licença, de que quem assumir o mandato por 120 dias ou mais, tenha o direito, se for o caso, se achar conveniente, de substituir os funcionários comissionados. Enquanto for Deputado, se quiser trocar os assessores, quando o titular do mandato voltar os seus assessores.

É um projeto que visa, naturalmente, dar tranqüilidade. Não é o caso desta Assembléia, ainda bem que ninguém vai ficar vendendo mandato para suplente assumir, mas o que queremos é que quem pedir licença fique em casa até sarar. Não é isso, Deputado Zucchi?

O Deputado Zucchi até trocou uma idéia comigo, acabei pegando aqui, pois acho válida a idéia de que a primeira coisa que precisamos fazer é cuidar da saúde dos nossos colegas. Está doente, vamos todos nós, em preces e orações, pedir a Deus que abençoe e que o colega doente vá ao serviço médico e faça o tratamento.

Deputado Rossoni está rindo por quê? Não sei por que V. Exa. está rindo. Por causa de doença, Deputado Rossoni? Eu sei que V. Exa. está preocupado com a saúde dos colegas também!

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Me permite um aparte, Deputado Belinati?

**(Assentimento)**

Não. É que eu vejo a sua bondade tão espontânea! Eu vejo a sua bondade, a sua sinceridade nas palavras, que eu me comovo e fico feliz!

**O SR. ANTONIO BELINATI (PP)**

Então é um sorriso de comoção!

**O Sr. Caíto Quintana (PMDB)**

Permite um aparte?

**(Assentimento)**

Acho que V. Exa. tem plena razão, porque, muitas e muitas vezes, desmerece o próprio Regimento da Casa na questão de licenças. Têm pessoas que, muitas vezes, tiram licença e permanecem nos seus gabinetes.

Eu pediria que V. Exa. pensasse, porque, muitas vezes, pode ocorrer que alguém, efetivamente, tenha uma doença na qual seja recomendado pelo médico um afastamento temporário. V. Exa. está colocando bem que se faça uma junta médica para a pessoa poder ter a licença e vamos admitir que essa junta vá ser séria. O Deputado, para retornar antes dos 120 dias, teria que se submeter à mesma junta médica e a declaração médica de que ele está bem, perfeitamente bem de saúde.

Vamos ficar torcendo para que se recupere e a junta médica vai atestar que a nossa força e a nossa reza curou mais cedo o Parlamentar!

**O SR. ANTONIO BELINATI (PP)**

Muito obrigado, nobre Deputado. Muitos até têm problemas de saúde, até permanecem aqui, ou podem faltar alguns dias e depois retornam ao trabalho. Mas, quando se tratar de colocar suplente para assumir o mandato, acho que todos vão concordar com o nosso projeto de resolução e aprová-lo, para que, volt0 a repetir, a pessoa que sai lá do interior, vem aqui assumir o mandato com aquele clima de festa, está sujeito, às vezes a não ficar nem uma semana no exercício da sua atividade parlamentar.

Por último, Sr. Presidente, a nossa homenagem aos atletas brasileiros que participaram do último, PAN, no Rio de Janeiro, em especial a homenagem aos atletas do Paraná. É bem verdade que ainda hoje trocava idéias com alguns Deputados, que não podemos nos iludir. O Brasil conquistou muitas medalhas, mas não podemos nos iludir, porque muitas delegações vieram aqui com atleta do 3º, 4º, 5º time no seu país. Vêm aí as Olimpíadas de Pequim, vamos torcer por um grande desempenho. A expectativa não é tão boa para o desempenho brasileiro em Pequim. Há quem chegue a afirmar que são poucas as medalhas que o Brasil tem possibilidade de alcançar, mas de qualquer maneira foi um feito bonito. Uma grande festa os Jogos PAN-Americanos!

O nosso desejo é que a nossa autoridade do Paraná incentive, nos mais diferentes municípios do Paraná, o esporte amador. Têm muitas prefeituras que constroem quadras de esportes e que acabam se deteriorando, acabam sendo vítimas dos vândalos, sendo destruídas, não

há professores para ensinar a meninada a jogar basquete, vôlei, praticar as mais diferentes modalidades do esporte amador. É uma pena, porque o nosso Paraná está carente, principalmente os pequenos municípios, de pessoas que sejam colocadas a serviço das crianças, dos adolescentes e dos nosso jovens, para fazer do Paraná uma força ainda maior do nosso esporte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PT. Com a palavra o Deputado Professor Luizão.

### ***Liderança do PT: Deputado Professor Luizão***

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores e senhoras aqui presentes.

Quero desejar um bom retorno a todos os Parlamentares e sucesso até o final deste ano. Evidente, para frente também.

O motivo que me leva a ocupar esta tribuna, Sr. Presidente, é a respeito do acidente com o avião da TAM, em São Paulo, e lamentar a repercussão e a forma com que foi tratado esse acidente. Realmente, considero que todos os Governos têm problemas, inclusive o Governo Federal. Não podemos tirar a culpa de quem gerencia os aeroportos, enfim, mas acidentes acontecem e nesse morreram 199 pessoas, e sabemos que todos os dias morrem quase esse tanto de pessoas em acidentes de trânsito por este país. Uma estatística revela que a cada 2 dias morrem em acidentes de trânsito a quantidade de pessoas que morreram naquela acidente com a TAM, em São Paulo. Só que, evidente, como são acidentes que morrem duas, três, cinco pessoas, não dá a repercussão que deu esse acidente.

Agora, a forma como foi tratado, de você imediatamente responsabilizar o Governo Federal e quem gerencia os aeroportos, por esse acidente, ou a pista que foi recém-refeita, então, não dá para entender, por que não se cogitou, em nenhum momento, a responsabilidade da empresa aérea, a forma como ela faz a manutenção dos aviões e sobrecarrega os seus funcionários. Ninguém, em nenhum momento, relatou a quantidade de acidentes que aconteceram nos últimos anos com os aviões da TAM. A cada ano tem 1 acidente envolvendo um avião da TAM e, na maioria das vezes, os acidentes são ocasionados por falta de manutenção. Nesse caso, estava claro o problema que havia naquele avião. Há 4 dias do acidente, constatou-se que havia um problema na turbina direita do avião. Qual foi o procedimento da empresa? Lacrar a turbina e continuar voando com o avião.

Nós, sabemos, e quem já andou de avião sabe que em dia de chuva, o piloto utiliza o reverso das turbinas para frear o avião. O avião não freia somente nos pneus. Aliás, hoje, está sendo revelado pela degravação da caixa preta, que o piloto sabia exatamente das condições da

pista. Ele foi comunicado que a pista estava molhada e escorregadia. Qual é o nosso procedimento, como motorista, sabendo que a pista está molhada? Diminuímos a velocidade. O motorista consciente diminui a velocidade e toma mais cuidado ao dirigir em pista molhada. O que vimos no vídeo, o que deu para ver, foi que o piloto passou correndo pela pista. A degravação mostra que ele não conseguiu desacelerar o avião. Não se está dizendo que ele não conseguiu frear o avião, ele não conseguiu desacelerar o avião.

A empresa sabia que havia problema na turbina e mandou o avião continuar voando, porque nos últimos anos a demanda pelo transporte aéreo aumentou muito e a infra-estrutura dos aeroportos não acompanhou também a demanda. Vamos admitir isso! Mas as empresas também não se adequaram à nova demanda. Aviões com muitos anos de uso continuaram voando, superlotados. Tem que se fazer uma análise mais ampla.

Por respeito às famílias, a imprensa, infelizmente, deu uma repercussão, sem um mínimo de cuidado, dando opinião do que aconteceu ou não. Se o avião tivesse derrapado na pista, poderia se dizer que a pista estava escorregadia, o piloto freou e o avião, derrapou e bateu. Vimos pela imagem, que o avião passou correndo pela pista e a degravação mostra que ele não conseguiu parar. Inclusive, uma parte, aqui, o piloto e o co-piloto sabiam que só um reverso estava operante. Em seguida, freios aerodinâmicos da parte de cima da asa, que abrem automaticamente no pouso, não funcionaram. E ele diz: “Desacelera! Desacelera!” E ele: “Não consigo! Não consigo”. Ele não conseguiu desacelerar o avião. Pode ter tido um problema no computador da aeronave? Pode! São várias opções, causas que podem ter contribuído para que esse acidente acontecesse.

Quero aqui, lamentar a forma como foi tratado o assunto, politicamente. Acidentes acontecem, infelizmente, com erro humano ou da máquina. Mas da forma como foi explorado, politicamente, o acidente, para desgastar o Governo Federal, é para lamentar! Esperamos que se apurem as causas, que as empresas melhorem e fiquem adequadas às condições de segurança, para as pessoas que precisam.

Enfim, o Presidente tomou a iniciativa, substituindo o Ministro da Defesa, e deverá tomar outras, para que os problemas continuem acontecendo e nada seja feito. Todos têm responsabilidade nessa questão. Quando acontece um episódio lamentável como esse, deve-se levar em consideração as diversas circunstâncias, os diversos problemas que podem ter acontecido. Não de uma forma simplista, explorando politicamente o episódio. Ficou clara a exploração política desse episódio.

E, por outro lado, o Deputado Belinati já tocou no assunto, acho que é uma coisa importante para o Brasil, um acontecimento significativo, foi o Pan no Rio de Janeiro. E que apesar dos transtornos, dos problemas que teve durante a organização, enfim, as reformas, as construções, o valor ficou várias vezes acima do que estava

planejado inicialmente, até porque o Brasil não tem histórico de organizar um evento dessa natureza, mas como as coisas aconteceram, o Brasil deu uma demonstração de condições para organizar um episódio grande dessa natureza. E os nossos atletas se superaram, enfim, no número de medalhas. Eu só estranho que a imprensa não divulgue o fato de que nenhum incidente grave aconteceu durante a realização do Pan que aconteceu no Rio de Janeiro. E sabemos que o Rio de Janeiro é um lugar onde tem acontecido muitos problemas na área da segurança. Enfim, durante toda a realização do PAN Houve uma tranquilidade na cidade do Rio de Janeiro, todos puderam acompanhar pela televisão o sucesso que foi esse evento que deu ao Brasil uma visão internacional muito boa, inclusive do Rio de Janeiro. Só que isso não se divulga: “Transcorreu normalmente. Não aconteceu nada, nenhum incidente, nenhum episódio. Todas as delegações tiveram o tratamento adequado de pouso, de alimentação, de traslado, de segurança”. Nós devemos salientar esse ponto que foi importante: o Brasil saiu com muitos pontos depois da realização do Pan, não só na conquista de medalhas, mas em termos de organização e segurança para sediar esse vento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PSDB.

(Declina)

PMDB: com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Caíto Quintana***

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares. No dia de hoje, em razão de uma viagem acompanhando o Governador, não está presente a Liderança do Governo e nem tampouco o Líder da bancada, e eu gostaria de, em nome da nossa bancada, a do PMDB, da bancada de apoio ao Governo, desejar que este 2º semestre seja frutífero nesta Casa. Afinal de contas, no 2º semestre, entraremos nos primeiros dias com um Regimento Interno novo a ser discutido aqui no plenário para que possamos modernizar o nosso sistema. Um sistema, aliás, que V. Exa. e a Executiva da Casa têm procurado cada vez mais aperfeiçoar.

Acho que a TV Assembléia haverá de dar um novo tom às discussões travadas aqui dentro da Casa porque final de contas é a Assembléia Legislativa, é a imagem deste Poder que estará sendo transmitida para as residências, para as empresas. E o conceito que tivermos, o nosso comportamento dentro desta Casa poderá valorizar o trabalho da Assembléia. Muitas e muitas pessoas que não participam, que não vêm, que não conhecem aquilo que aqui se faz, passarão a ver o trabalho nas Comissões, nas Audiências Públicas, nas discussões em plenário, na votação, enfim, um comportamento aberto da Assembléia como um todo para com a sociedade do Paraná.

Acredito, Sr. Presidente, que o placar eletrônico também é importante. Vi os jornais de hoje falando em colocá-lo, porque, indiscutivelmente, isso termina com a discussão de 1 voto a mais ou 1 voto a menos que foi contado. As votações passam a ser claras e explícitas. Cada um, ao votar, identifica no painel a forma que votou. Então, creio que teremos evolução boa na Assembléia Legislativa neste 2º semestre. E que os nossos companheiros, Pares desta Casa, entendam que o tratamento cortês, respeitoso, o debate franco das idéias, sem agressões verbais, poderão contribuir para que a imagem da Assembléia Legislativa, como um todo, seja reconhecida e vista pela população do Paraná.

Então, é essa a mensagem que eu queria deixar aqui, em nome da bancada do PMDB, em nome do Líder do Governo, em nome da bancada de apoio, para que nós possamos, cada vez mais, aperfeiçoar o processo legislativo e desta forma valorizarmos o Poder que tem muito de bom e que muitas e muitas vezes não é apresentado.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Quero aqui cumprimentar os Parlamentares que voltam para o 2º semestre, mas não posso deixar passar em branco e não registrar a decisão do Juiz Dr. Eduardo Sarrão, de ter concedido uma liminar aos Deputados da Oposição e Deputados independentes que entraram com uma ação popular pedindo para a Justiça que tomasse providências quanto ao uso da TV Educativa. Todos, ou melhor, a grande maioria dos paranaenses, as lideranças, a população, principalmente aquelas mais esclarecidas que sabem e entendem o objetivo da TV Educativa, entendem que a TV Educativa deve ser usada, não para benefício próprio, mas sim, para exercer um papel social e cultural para o estado.

Ao longo desses último anos, o Governador de plantão deste estado faz uso da TV Educativa como se fosse de sua propriedade particular. No dia que ele levanta e está um pouquinho mais frio ou ele está, como diz o velho ditado, um pouquinho mais azedo, ele vai para a “escolinha” e escolhe uma pessoa. Por incrível que pareça as pessoas que ele ataca são pessoas que merecem o respeito da população paranaense; posso citar aqui o Dr. Paulo Pimentel, o Dr. Francisco da Cunha Pereira, o Senador Osmar Dias, enfim, inúmeras pessoas são homenageadas, como eu e o Deputado Reni Pereira fomos homenageados ontem na “escolinha”, porque temos levantado aqui questionamentos sobre a questão do orçamento.

A maior prova do que o que temos levantado aqui é verdadeiro, são as ressalvas feitas pelo Tribunal de Contas que serão objeto de análise.

Mas, o importante, Srs. Deputados, é que com essa liminar está sendo determinado ao Sr. Governador que retira do ar todas as inserções, Deputado Douglas, que venham ser feitas pelo Governador criticando seus adversários. O Juiz entendeu que esse não é o objetivo da TV Educativa.

Essa foi uma questão levantada pelos Srs. Deputados e quero aqui agradecer o apoio que tivemos quando subscrevemos esta ação popular e, certamente, no decorrer do tempo, o que não conseguimos aqui, a Justiça tarda mas não falha! Por esta razão, não tenho dúvida que essa liminar concedida pelo Dr. Eduardo Sarrão, do Tribunal de Justiça, será como um puxão de orelha no Governador. O que o Governador tem que entender e compreender, é que quando a Oposição fala aqui, é porque queremos contribuir para questões que, às vezes, fogem da alçada e do alcance do Governador.

O que quero ressaltar aqui é que, a partir de agora, eles terão que mudar a grade da TV Educativa. Espero que a TV Educativa siga o exemplo da TV Cultura. Olhem, quem assiste a TV Cultura pode observar, não está todo o dia, na TV Cultura, o Governador de São Paulo. Eventualmente, num jornal, ele dá entrevista, como todos os políticos que fazem acontecer. A TV Cultura é um exemplo de TV pública e esta manifestação da Justiça de apoio ao posicionamento dos Deputados que subscreveram essa ação popular, além de tudo, vai servir de subsídio para que o Deputado Elio Rusch, que vem fazendo um trabalho nesta questão da TV Educativa e já encaminhou aos Parlamentares da Comissão do Congresso Nacional, vídeos mostrando de que forma é usada a TV pública aqui no nosso estado.

Quero me congratular com a Justiça do Paraná. A nossa esperança agora é uma segunda decisão de Justiça, que é a nossa ADIN, da farra dos cargos públicos que está no Tribunal de Justiça e que foi encaminhado ao Procurador-Geral do Estado para exarar o seu parecer. Não tenho dúvida que se não conseguirmos a ADIN aqui, vamos conseguir em Brasília porque vamos às últimas instâncias para mostrar ao Governador que estamos num estado democrático e que a lei tem que ser respeitada.

**O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)**

V. Exa. concede um aparte?

**(Assentimento)**

Obrigado, Deputado. Já que estamos falando sobre TV Educativa, eu queria comunicar à Casa que há um programa chamado “Pense Bem”, que o Reitor Carlos Moreira utiliza diariamente, onde ele fala sobre Curitiba, não sei por quê.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Eu nem sabia que tinha esse programa, mas aí é que vêm as discussões. Eu cometi um equívoco. Foi

encaminhada ao Procurador-Geral da Justiça a nossa ADIN. Fazemos um apelo ao Tribunal de Justiça para que decida essa ADIN, porque o Governo vem agindo sob decretos. Acredito que a alegação da inconstitucionalidade feita pela Oposição, vamos ganhar essa parada e o Governo terá que voltar atrás em uma série de decretos, porque hoje ele está legislando em nome desta Casa.

**O Sr. Douglas Fabrício (PPS)**

Solicito aparte.

**(Assentimento)**

É muito feliz a sua lembrança ao Tribunal de Justiça sobre essa ADIN. Gostaria de sugerir a V. Exa., como Líder que é, que reunisse a Oposição e os Deputados que quiserem, para que pudessem fazer uma visita ao Presidente do Tribunal de Justiça, questionando como anda essa ADIN.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Deputado Douglas, a informação que recebi dos advogados, da assessoria, é que na última semana foi encaminhado ao Procurador-Geral da Justiça para parecer. Tão logo o Procurador se manifeste, deveremos ter essa decisão, mas é claro que o tempo urge e como disse...

**O Sr. Elio Rusch (Democratas)**

V. Exa. permite aparte?

**(Assentimento)**

Ouçó o vosso pronunciamento e quero dizer que nesses dias de recesso que tivemos, estive no interior do estado percorrendo os nossos municípios. Fiquei muito feliz quando fui comunicado que o Tribunal de Justiça havia conseguido uma liminar, conseqüência de uma ação que V. Exa. e quando se fala Deputado Valdir Rossoni, entende-se os Deputados da Oposição da Assembléia Legislativa, que entraram com uma ação na Justiça pedindo que seja retirado do ar aqueles comerciais ofensivos à imprensa do estado do Paraná.

Essa primeira vitória nós obtivemos através de uma liminar. E com toda certeza, na hora do julgamento do mérito dessa questão, também iremos vencer essa luta. E não só aí, tenho certeza que não só em Brasília, Deputado Valdir Rossoni, e 23 Deputados da Assembléia Legislativa subscreveram aquele pedido de informações e as denúncias encaminhadas aos 3 Deputados do estado do Paraná que fazem parte da Comissão de Comunicações: Deputados Gustavo Fruet, Eduardo Sciarra e Ratinho Júnior são os 3 Deputados que receberam uma farta documentação dos Deputados da Oposição, também com um áudio, um DVD, de alguns comerciais, programas exibidos pela TV Educativa do estado do Paraná.

Não é possível que o Governador do Paraná queira estar acima da lei. V. Exa. foi muito feliz, Deputado Rossoni. Quando V. Exa. diz que nós vivemos num estado de direito democrático. E o que é o estado de direito democrático? Você tem que respeitar a legislação! Governo

nenhum pode estar acima da lei. Todos os Governos têm que se sujeitar a interpretar e cumprir a legislação. E o Governador do estado do Paraná já é conhecido nos meios da sociedade paranaense e até do Brasil, pela forma de ele ser, o rompimento dos contratos unilaterais, que tudo isso vai gerar um passivo muito grande para o Paraná. E quem vai pagar isso? O povo do Paraná!

O que aconteceu recentemente com a Fazenda Syngenta, o Governador também queria estar acima da lei. Tem que a Justiça aplicar uma multa diária, não para o Governo, mas para o Governador, para a pessoa do Governador Roberto Requião, senão ele não iria cumprir, porque quando se aplicou uma multa para o Governo, não era o Requião que pagaria, quem iria pagar seria o povo do Paraná! Agora não! Instituiu-se uma multa diária de R\$ 2 mil caso ele não fosse cumprir a determinação da Justiça, da reintegração de posse da Fazenda Syngenta. A mesma coisa vai acontecer com a TV Educativa e a mesma coisa vai acontecer com “n” outros processos que estamos estudando na Oposição para colocar o Paraná nos trilhos certos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o aparte dos Parlamentares.

Encerro dizendo que todas as ressalvas feitas pelo Tribunal de Contas, muito bem aqui encaminhado pelo Deputado Reni Pereira, foram objeto de questionamento dos Parlamentares aqui nesta Casa. Aí está a prova da razão.

Outra questão que é importante ser salientada, o parecer do Tribunal de Contas favorável não quer dizer que esta Casa deva aprovar essas contas. Teremos, agora, e pelo que conversei com os Srs. Parlamentares aqui, com o Deputado Reni e com os demais Parlamentares, vamos aprofundar todas essas questões e na hora do voto vamos fazer prevalecer aqui a verdade.

Para concluir, Sr. Presidente, o déficit não é 195 milhões. Desde o ano de 2005, maio, o Governo do Paraná não vem contribuindo com 32 milhões mensais de integração para o Fundo de Previdência deste Estado. O rombo já está em 600 milhões. Se nós aguardarmos o final deste Governo fazendo as contas e ele não cumprir a lei, esse rombo vai chegar a 1 milhão e 800.

**O Sr. Artagão Junior (PMDB) (Aparte)**

Gostaria de destacar vosso pronunciamento na questão do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas, como todos sabem, emite um parecer prévio, técnico, fez as observações pertinentes, as ressalvas pertinentes, e esta Casa terá, sem dúvida alguma, condição de fazer seu julgamento, depois da análise devida. Historicamente, vem sendo feito desta forma. A Assembléia sempre analisa e faz o julgamento, de fato, das contas do Governador. Como também, historicamente, vêm sendo feitas ressalvas às contas, muito embora aprovadas.

Então, esta observação feita pelo Deputado Rossoni é muito bem feita. É necessário, naturalmente, que

as contas sejam dirimidas, mas ao final, certamente esta Casa fará a decisão justa a esta prestação de contas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o aparte do Deputado Artagão e concluo, aqui, observando esta questão da ParanaPrevidência. Temos que cuidar, porque a ParanaPrevidência é um exemplo para este país. Se hoje o estado está passando por mais dificuldades, é porque temos a ParanaPrevidência, mas, está sendo negligente o Governo em não cumprir com a lei e não pagar o que é devido por lei. Este rombo, a cada dia, aumenta. E esta ParanaPrevidência, que é o sistema previdenciário do estado, se persistir esta situação, vamos transformar a ParanaPrevidência, que é exemplo para os outros estados, vamos transformar numa ParanaPrevidência falida, daqui 2 ou 3 anos.

Muito obrigado.

## *Ordem do Dia:*

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Esta Presidência registra com satisfação a presença de 38 Srs. Deputados na tarde de hoje, contrariando a expectativa de muitos que sequer teríamos quórum para reiniciar este semestre. Razão pela qual já marcamos sessão para amanhã, às 10h00 da manhã.

## *Leitura do Expediente*

Sobre a mesa, Indicação nº 235/07, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Saúde a pavimentação asfáltica do acesso entre a cidade de Santo Antônio da Platina e o Hospital Regional dentre o Norte Pioneiro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 236/07, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, solicitando ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a pavimentação asfáltica do acesso entre a cidade de Santo Antônio da Platina e o Hospital Regional dentre o Norte Pioneiro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 237/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, a construção de nova delegacia de Polícia Civil e o aumento do contingente policial no município de Guaíra. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Malucelli, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

## **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuídos aos Srs. Deputados:

### **2ª Discussão**

#### **ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 085/07, de autoria dos Deputados Jocelito Canto, Marcelo Rangel, Péricles de Mello e Plauto Miró, que denomina Marcelo Augusto Barbur, o Hospital Regional de Ponta Grossa. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC.**

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2204, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 085/07.

#### **ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/07, de autoria do Deputado Elio Rusch, que revoga o artigo 4º da Lei Estadual nº 13213, de 29 de junho de 2001. (Precatório). **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado, artigo por artigo.**

### **1ª Discussão**

#### **ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre a instalação de coletores de lixo reciclável nas universidades, faculdades, centros universitários, escolas, colégios, estádios de futebol, supermercados, shoppings centers e eventos onde haja concentração pública. **PARECERES**

**FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA E CICT. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 025/07, de 10/04/07, em Projetos de Lei).**

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 236/07**

### **P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O projeto ora sob discussão visa a obrigar diversos estabelecimentos a instalar coletores de lixo reciclável, dispondo sobre diversos temas conexos, tais como local a ser instalado, multa por descumprimento e demais providências.

#### **Legitimidade e Constitucionalidade**

Como aspecto inicial, deve ser verificada a competência para iniciar o processo legislativo. Neste caso, pode-se inferir que se busca é proteger o meio ambiente, valor maior em nossa sociedade, ao passo que a separação e posterior reciclagem propiciarão um melhor uso do lixo, evitando que seja este jogado em aterros ou lixões, fato que se mostra maléfico para a proteção do meio em que se vive.

Apenas para demonstração da relevância do presente projeto, leia-se o artigo 1º da Constituição do Estado do Paraná:

*Art. 1º O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:*

*IX - a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida.*

Nesta esteira, a Constituição Federal em seus artigos 23 explicita:

*Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios:*

*VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;*

Indo além e corroborando este pensar, leia-se o artigo 24, da mesma Carta Política:

*Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

*VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;*

Deste modo, em um ponto lê-se competência comum e outro em competência concorrente. Nada se fala em competência privativa, que evitaria aos Estados iniciar o processo legislativo.

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 53 assevera:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre*

*todas as matérias de competência do Estado, especificamente:*

*XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal;*

*XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;*

Assim, a competência mostra-se condizente com o exigente nos textos constitucionais.

Pois bem, passa-se agora a análise dos artigos.

O artigo 1º exige que certos setores instalem coletores de lixo em seus estabelecimentos. Vê-se que nada há que obste ou macule este artigo no que tange aos aspectos legais e constitucionais.

O artigo 2º especifica como será feita a separação dos objetos. Neste particular também não há óbice que prejudique a tramitação, posto que apenas está se regulando de modo detalhado como será realizada a separação. Nisto o projeto mostra-se louvável, pois dispõe detalhadamente como será efetivada este objetivo legal.

O artigo 3º, na mesma esteira do artigo anterior, também dispõe de modo específico sobre a publicidade e visibilidade a ser dada a este desiderato da separação. Assim, uma vez mais, nada pode atrapalhar o trâmite legal.

O artigo 4º, por sua vez, estabelece multa se houver o descumprimento da lei que almeja ser criada. Ora, pode ser verificado que a lei tem o condão de exigir pagamento, de natureza punitiva, pela não efetivação de seus dizeres, até porque a lei nasce para ser cumprida. O desrespeito punido pode representar uma não repetição do desvio.

O artigo 5º, no entanto, apresenta vício a ser sanado. Isto porque o Poder Legislativo está obrigando o Poder Executivo a tomar certa atitude, qual seja, regular a eventual lei no prazo de 120 dias. Bem se sabe contudo, que pela separação e independências dos poderes, que não se admite que um Poder possa interferir na atuação do outro, sob pena de inconstitucionalidade. Para corrigir tal vício, é apresentada emenda supressiva como anexo.

Para remate, o artigo 6º está em consonância com os parâmetros legais.

Acerca da Lei Complementar 095/98, que dispõe sobre a elaboração de leis, nada há que possa obstaculizar o prosseguimento do presente projeto.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, em sede de parecer, somos pela aprovação do presente projeto, com adoção de emenda supressiva apresentada e que segue como anexo.

Sala das Comissões, em 22.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA PROJETO DE LEI Nº 236/07**

Na forma do que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresento a

emenda supressiva ao artigo 5º do presente projeto, passando a contar com a seguinte redação:

“Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei.”

Sala das Comissões, em 22.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

#### **COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 236/07**

#### **P A R E C E R :**

#### **Relatório**

Projeto de lei de iniciativa do Deputado Osmar Bertoldi que propõe obrigar a instalação de coletores de lixo recicláveis nas universidades, escolas, colégios, estádios de futebol, supermercados, shoppings centers e eventos onde haja concentração pública.

Dispõe que os coletores devem ter separação para as categorias plástico, papel, metal e vidro, bem como ser instalados em local visível, com informações específicas. O descumprimento implicará em multa de 300 (trezentos) Unidades Fiscais de Referência.

A proposição já recebeu parecer favorável, com uma emenda de forma, na Constituição e Justiça, bem como na Comissão de Indústria, Comércio e Turismo desta Casa de Leis, e encontra-se nesta Comissão para receber parecer quanto à sua oportunidade e conveniência sob os aspectos de mérito afetas a este colegiado.

#### **Voto do Relator**

Cabe esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, nos termos do artigo 33, parágrafo 12, do Regimento Interno desta Casa, analisar e manifestar as proposições no aspecto da disciplina das atividades humanas que interfiram ou alterem o meio ambiente, as que visam à conservação da natureza e evitem a depredação dos recursos naturais.

A *prima facie* trata-se de matéria local legislar sobre a obrigatoriedade de instituições e empresas dispor de coletores de lixo, no entanto, como interpretou a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, em razão do aspecto ambiental, incide competência comum entre os entes federados, e, na ausência de norma local, nada mais indicado para uma Comissão de Ecologia e Meio Ambiente referendar a atitude de obrigar a instalação de coletores de lixo recicláveis.

#### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pela aprovação, sob o aspecto de conveniência e oportunidade, do Projeto de Lei nº 236/07, nos termos da redação original, com modificação já introduzida na CCJ.

Sala das Comissões, em 11.07.07.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente  
ELTON WELTER - Relator



COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E  
TURISMO  
PROJETO DE LEI Nº 236/07

P A R E C E R :

O nobre Deputado Osmar Bertoldi, apresentou Projeto de Lei nº 236/07, nesta Casa de Leis, o qual dispõe sobre a instalação de coletores de lixo reciclável nas universidades, faculdades, centros universitários, escolas, colégios, estádios de futebol, supermercados, shoppings centers e eventos onde haja concentração pública.

Considerando as milhares de toneladas de lixo que são produzidos, principalmente nos grandes centros, e que tem provocado uma verdadeira ameaça para o sistema ecológico mundial; considerando que a sociedade começa a cobrar dos administradores públicos a adoção de medidas urgentes contra essa citada ameaça; considerando as discussões que tem surgido em torno da necessidade de se coletar o lixo reciclável, não só pelo controle da situação de emergência mundial gerada pelos produtos de difícil degradação; e, considerando a necessidade de sair do discurso e partir para a prática, acreditamos que o projeto do nobre Parlamentar, merece nossa consideração e a devida atenção das autoridades governamentais.

Desta forma, somos de parecer favorável, à tramitação do referido projeto.

Sala das Comissões, em 13.06.07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

LUIZ NISHIMORI - Relator

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/07, de autoria do Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre a criação da Política Estadual de Incentivo as Microdestilarias de Alcool e Beneficiamento de Produtos Derivados da Cana-de-Açúcar e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA e CAIC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 027/07, de 11/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 250/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Carlos Simões, institui a Política Estadual de Incentivo as Microdestilarias de Alcool e Beneficiamento de Produtos Derivados da Cana-de-Açúcar, fixando como instrumento desta política: crédito rural; incentivo fiscal e tributário; a pesquisa agropecuária e tecnológica; a extensão rural e a assistência técnica; promoção e comercialização do produto; certificado de origem e qualidade dos produtos destinados à comercialização.

**Legalidade e Legitimidade**

O objetivo principal desta política é estimular investimentos em pequenos empreendimentos de interesse das comunidades rurais como a do agricultor fami-

liar e das cooperativas, bem como criar alternativas de emprego e renda em regiões produtoras de cana-de-açúcar.

A Constituição Estadual estabelece em seu artigo 53:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

(...)

*V - Planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento.*

Dentro desse paradigma, o projeto de lei em análise encontra consonância com disposto no texto constitucional, uma vez que visa instituir um programa de incentivo aos pequenos empreendedores rurais.

Ademais, a Constituição Federal erigiu em seu artigo 170, IV o princípio na livre concorrência como um dos norteadores da ordem econômica. O presente projeto de lei objetiva justamente conceder incentivos e privilégios aos pequenos empreendimentos rurais, como forma de propiciar a livre concorrência dos produtos fabricados por este, como o do restante do mercado, estando portanto em conformidade também com os princípios determinados pela nossa Carta Magna.

Por derradeiro, no que tange a técnica legislativa utilizada, verifica-se que foram observadas todas as disposições da Lei Complementar nº 095/98, que dispõe acerca da redação e elaboração legislativa.

**Conclusão**

Posto isto, em face à constitucionalidade e legalidade do projeto, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MAURO MORAES - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
PROJETO DE LEI Nº 250/07

P A R E C E R :

O projeto ora sob análise busca a criação da Política Estadual de Incentivo as Microdestilarias de Alcool e Beneficiamento de Produtos Derivados da Cana-de-Açúcar. Calha dizer, neste passo, que esta propositura já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Agricultura. Denota-se assim o cumprimento dos requisitos da legalidade, constitucionalidade e anuência a interesse da agricultura.

A presente iniciativa legislativa visa, especificamente, a criar um tratamento diferenciado para o setor produtivo de cana-de-açúcar. Ainda, traz as diretrizes ou objetivos concernentes a tal política, bem como as funções a serem exercidas pelo Poder Público. Ainda mais,

são arrolados instrumentos para a implementação desta política em nosso estado.

Com esboço no Regimento Interno desta Casa de Leis, esta Comissão deverá se manifestar sobre projetos que representem uma interferência humana no meio ambiente; atividades que visem a conservação da natureza e aquelas que procuram evitar a depredação de recursos naturais.

O presente projeto, em momento algum desrespeita o texto regimental, pelo contrário, obedece a todos os requisitos listados e mais, dá tratamento que por certo trará maiores oportunidades de emprego, bem com a plena exploração dos sistemas de agricultura voltada à produção de cana-de-açúcar. Outrossim, cabe dizer que as medidas a serem implementadas, na medida em que se concretizarem, poderão incrementar em muito a economia de nosso estado, especificamente referente ao setor da economia, qual seja, das microdestilarias de álcool e beneficiamento de produtos derivados da cana-de-açúcar.

Por todo o exposto, percebe-se que as disposições que se relacionam ao meio ambiente em nada prejudicam a natureza de nosso estado. Sendo respeitado o meio ambiente e a natureza, e mais, pela perspectiva de evolução de setor da economia paranaense, somos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 11.07.07.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E  
COMÉRCIO  
PROJETO DE LEI Nº 250/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, visa estabelecer uma Política Estadual de Incentivo as Microdestilarias de Álcool e Beneficiamento de Produtos Derivados da Cana-de-Açúcar.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.06.07.

(aa) PEDRO IVO - Presidente  
PLAUTO MIRÓ - Relator

**item 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 258/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Disciplina a utilização de eletrotermofototerapia em clínicas, consultórios e estabelecimentos de estética. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/07, de 16/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 258/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O projeto de lei apresentado pela Deputada Cida Borghetti tem como objetivo obrigar as clínicas, consultórios e estabelecimentos de estética que utilizam recursos de eletrotermofototerapia, a manter um profissional fisioterapeuta, médico, técnico ou tecnólogo em estética em suas dependências.

**Legalidade e legitimidade**

O objetivo do projeto de lei analisado é proteger o consumidor que utiliza os serviços de clínicas de eletrotermofototerapia, assegurando-lhes a prestação de um serviço de qualidade com a supervisão de um profissional com conhecimento nesta área.

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 24, a competência concorrente entre a união, estados e distrito federal para legislar sobre consumo. Ainda, no próprio artigo 24 determina que a união deve estabelecer normas gerais enquanto os estados tem a competência suplementar para as matérias já abordadas pela união:

*Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

(...)

*V - produção e consumo;*

(...)

*§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da união limitar-se-á a estabelecer normas gerais.*

*§ 2º - A competência da união para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos estados (grifos nossos).*

E o que seria legislar de forma suplementar?

Conforme Manoel Gonçalves Ferreira Filho, forma suplementar é uma subespécie da competência concorrente; é aquela que preenche os vazios da norma geral; para alguns ela é “complementar”.

A união, através da Lei Federal nº 8078/90, criou o Código de Defesa do Consumidor. Em seu artigo 55, o Código de Defesa do Consumidor também estabelece a competência concorrente entre união, estados e distrito federal para baixar normas relativas a consumo de serviços, cada um em sua área de atuação administrativa:

*Art. 55. A união, os estados e o distrito federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços. (grifos nossos)*

Ocorre que o Código de Defesa do Consumidor apenas estabelece normas gerais sobre esta matéria, não retirando a competência dos estados, que ainda podem legislar de forma suplementar, uma vez que a defesa do consumidor é de competência concorrente. Como as normas gerais não estabelecem nada à respeito do funciona-

mento de clínicas que prestam serviços de eletrotermofototerapia, o estado está exercendo sua competência legislativa dentro da legalidade e constitucionalidade.

Ainda, quanto à técnica legislativa, o presente projeto não apresenta nenhum óbice frente a Lei Complementar 095/98.

#### **Conclusão**

Tendo em vista a legalidade e constitucionalidade do projeto apresentado, esta Comissão opina pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
FRANCISCO BÜHRER - Relator

#### **COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 258/07**

#### **P A R E C E R :**

Em análise a matéria apresentada pela nobre Deputada Cida Borghetti, tendo como escopo a obrigatoriedade às clínicas, consultórios e estabelecimentos de estética que utilizam recursos de eletrotermofototerapia a manter um profissional fisioterapeuta, médico, técnico ou tecnólogo em estética em suas dependências.

Com a finalidade de proteção e amparo ao consumidor o legislador exerce sua competência dentro dos parâmetros da legalidade e constitucionalidade do projeto de lei aqui elencado, não havendo óbice para sua tramitação.

Quanto a técnica legislativa aplicável e, de conformidade com a Lei Complementar 095/98, cabe salientar que após a enumeração dos artigos ordinais não se admitem traços, hífen, caracteres ou quaisquer outros tipos de impressão.

Entendendo ser atribuição legal do legislador, atendidos os preceitos constitucionais e legais e, em face da importância da matéria aos consumidores, somos favoráveis ao trâmite regimental do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 16.07.07.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente  
STEPHANES JÚNIOR - Relator

#### **ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que obriga a inclusão do telefone e endereço do Órgão de Fiscalização do Estado em Defesa do Consumidor - PROCON-PR, nos documentos fiscais emitidos pelos estabelecimentos comerciais do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDHCDC e CICT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/07, de 22/05/07, em Projetos de Lei).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 374/07**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Professor Luizão, obriga a inclusão do telefone e endereço

do Órgão de Fiscalização do Estado em Defesa do Consumidor - PROCON-PR, nos documentos fiscais emitidos pelos estabelecimentos comerciais do estado do Paraná.

Em análise ao projeto ora citado, não encontramos nenhum óbice de natureza constitucional.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.07.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

#### **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E DEFESA DO CONSUMIDOR PROJETO DE LEI Nº 374/07**

#### **P A R E C E R :**

Louvável a iniciativa do nobre e competente do Deputado Professor Luizão.

Incluir telefone e endereço do órgão de fiscalização estadual, em todos os documentos das empresas comerciais, facilitará o consumidor que necessitar reclamar por irregularidades detectada em compra efetuada.

Com os parabéns pela iniciativa, o nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 11.07.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente  
ANTONIO BELINATI - Relator

#### **COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 374/07**

#### **P A R E C E R :**

Vestibularmente, ressalte-se que este projeto já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, estando assim de acordo com os requisitos legais e constitucionais.

Vencida esta preliminar e de acordo com o disposto no artigo 33, parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, dá-se o seguinte parecer.

A presente proposição pretende obrigar a inclusão do telefone e endereço do Órgão de Fiscalização do Estado em Defesa do Consumidor - PROCON-PR, nos documentos fiscais emitidos pelos estabelecimentos comerciais do estado do Paraná.

O projeto de lei prestigia um dos princípios básicos insertos no Código de Defesa do Consumidor, qual seja, informações sobre os direitos do consumidor, que substanciam a proteção plena deste frente aos ditames legais.

Assim, deve ser visto neste passo sob a ótica das empresas do ramo industrial e comercial. Pois bem, inicialmente cabe dizer que vivificar direitos dos consumidores deve ser uma prática respeitada e incenti-

vada pelas empresas. Afora isto, deve ficar claro que com isso o setor empresarial também ganhará incentivo para que dê maior atenção aos serviços e produtos comercializados.

Pelo exposto, nada mais pertinente e favorável para as empresas paranaenses que aprovar este projeto de lei, dando situação favorecida a tão importante setor de nossa economia. Apenas como reforço, não existe óbice ao presente projeto quando se observa pela Lei Complementar nº 101/00 ou qualquer outra que verse sobre o viés financeiro das proposituras.

Em sendo assim, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 10.07.07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

## ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 388/07, de autoria dos Deputados Marcelo Rangel e Reni Pereira, que dispõe sobre a orientação aos consumidores a exigência de notas fiscais nos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDHCD e CICT. Aprovado. (Publ. no DA nº 055/07, de 028/05/07, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 388/07

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O projeto de lei de autoria dos Deputados Marcelo Rangel e Reni Pereira tem como escopo tornar obrigatória a fixação, em estabelecimentos comerciais do estado do Paraná, de cartazes em local visível, junto aos caixas registradores, incentivando o consumidor a exigir sua nota fiscal.

##### Fundamentação

A Constituição Federal determina, em seu artigo 24, a competência concorrente entre a união, estados e distrito federal para legislar sobre produção e consumo:

*Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

(...)

*V - produção e consumo;*

(...)

*§ 2º - A competência da união para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos estados.* (grifos nossos).

No mesmo sentido, a Constituição do Estado do Paraná estabelece a competência da Assembleia Legislativa para dispor sobre matéria concorrente disposta no artigo supracitado:

*Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor*

*sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

(...)

*XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.*

E o que seria legislar de forma suplementar?

Conforme Manoel Gonçalves Ferreira Filho, em seu livro Curso de Direito Constitucional, forma suplementar é uma subespécie da competência concorrente; é aquela que preenche os vazios da norma geral; para alguns ela é “complementar”.

Como as normas gerais não estabelecem nada relacionado à exigência de notas fiscais, o estado está exercendo sua competência legislativa dentro da legalidade e constitucionalidade.

No mesmo sentido, a Lei Federal nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que institui o Código de Defesa do Consumidor, também dispõe em seu artigo 55 sobre a competência concorrente da união, estados e distrito federal para baixar normas relativas ao consumo de produtos e serviços:

*Art. 55. A união, os estados e o distrito federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.*

Ainda, a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 145, estabelece o dever do estado de promover a defesa, a conscientização, a prevenção e a responsabilização por danos causados ao consumidor:

*Art. 145. O estado, por lei e ação integrada com a sociedade, promoverá a defesa dos direitos sociais do consumidor, conscientização, da prevenção e responsabilização por danos democratizando a fruição de bens e serviços essenciais.*

O projeto de lei em tela visa defender o consumidor nas relações com estabelecimentos comerciais, restando assim clara sua constitucionalidade, bem como a legitimidade de sua iniciativa.

##### Conclusão

Desta forma, tendo em vista a legalidade e constitucionalidade do projeto apresentado, esta comissão opina por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E DEFESA DO CONSUMIDOR PROJETO DE LEI Nº 388/07

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria dos Deputados Marcelo Rangel e Reni Pereira, dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes, em local visível, junto aos caixas

registradores dos estabelecimentos comerciais do estado do Paraná, para que incentive o consumidor exigir nota fiscal.

Importante ressaltar que a sonegação fiscal, entre as empresas, vem crescendo nos últimos anos. Em 2004 para 2006, estudos do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário) demonstrou que 29,45% das empresas pesquisadas em 2004 apresentaram “fortes indícios de sonegação fiscal”. Em 2004, 27,53% das empresas ouvidas se enquadravam na mesma situação. Nesse período, a sonegação subiu 6,97%.

Por setores da economia, o comércio é que registra o maior número de empresas que praticam algum tipo de sonegação: 31,23%. Em seguida, aparece a indústria, com indícios de sonegação em 27,02% das empresas. No setor de serviços, os indícios de sonegação apareceram em 22,45% das empresas. No entanto, em termos de valores sonegados, a indústria é o setor campeão, segundo o IBPT.

Por porte, os indícios de sonegação são maiores nas pequenas empresas (63,66%). Nas médias, os indícios são encontrados em 48,94% das empresas. Nas grandes, o percentual foi menor: 27,13%.

De acordo com o estudo, os tributos mais sonegados são: Imposto de Renda (27,02%). ICMS (26,95%), PIS e COFINS (23,43%), CSLL (24,81%), ISS (25,66%), IPI (18,85%), INSS (29,46%), entre outros.

O estudo do IBPT informou ainda que em 2004 o faturamento não declarado pelas empresas alcançou a cifra de R\$ 1,028 trilhão. Em 2003, a sonegação estimada pelo valor não declarado de faturamento foi de R\$ 748,35 bilhões. Em 2005, o IBPT a sonegação atingiu a marca de R\$ 1,112 trilhão.

O IBPT considera indícios de sonegação discrepâncias encontradas no cruzamento do valor do faturamento declarado pela empresa no balanço, com sua movimentação bancária (medida pelo pagamento de CPMF). Outra forma de verificar se houve sonegação é comparar a receita declarada para fins de cobrança do ICMS, com a base de cálculo usada para o pagamento do PIS e da COFINS.

#### **Principais tipos de sonegação ou fraude fiscal**

O IBPT elencou ainda em seu estudo os principais tipos de sonegação ou fraude fiscal. São eles, segundo o instituto:

- venda sem nota; com, “meia” nota; com “calçamento” de nota; duplicidade de numeração de nota fiscal;
- “compra” de notas fiscais;
- passivo fictício ou saldo negativo de caixa;
- acréscimo patrimonial a descoberto (do sócio);
- deixar de recolher tributos descontados de terceiros;
- saldo de caixa elevado;
- distribuição disfarçada de lucros;
- alienação de bem ou direito ao sócio ou pessoa ligada por valor inferior ou superior ao de mercado;

- aluguel ou serviço pagos a sócio ou pessoa ligada cujos valores excedem aos praticados pelo mercado em situações similares;

- empréstimos a sócios ou pessoas ligadas em condições prejudiciais à empresa, ou com vantagens não praticadas normalmente pelo mercado;

- multas exorbitantes ou perda de sinal de negócio previstas em contrato, não cumprido, com sócios ou pessoas ligadas;

- pagamento de despesas particulares de sócios;

- doações irregulares;

- doações efetuadas a entidades não habilitadas ou cujo valor do comprovante seja superior ao efetivamente doado.

#### **Legitimidade e Legalidade**

A Constituição Federal determina em seu artigo 24, Da Organização do Estado - Capítulo II - Da União, a competência concorrente entre a união, estados e distrito federal, para legislar sobre a produção e consumo.

*Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

(...)

*V - produção e consumo;*

(...)

*§ 2º - A competência da união para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos estados.*

Conforme a Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, que dispõe sobre a proteção do consumidor, estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos do artigo 5º, inciso XXXII, 170, inciso V da Constituição Federal.

#### **Capítulo I**

##### ***Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos***

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

(...)

*XXXII - o estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.*

*Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:*

(...)

*V - defesa do consumidor;*

O Código de Defesa do Consumidor, em seus artigos 2º e parágrafo, 4º e 55 diz:

*Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.*

*Parágrafo Único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.*

*Art. 4º A Política Nacional de Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transferência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:*

*I - recolhimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;*

*II - ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor:*

*a) por iniciativa direta;*

*c) pela presença do estado no mercado de consumo;*

*III - harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (artigo 170, da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores;*

*(...)*

*V - incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo;*

*Art. 55. A união, os estados e o distrito federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.*

O referido projeto de lei, demonstra consonância com a nossa Magna Carta em seus artigos 5º XXXII, 24, V, parágrafo 2º, e 170, V, com a nossa Constituição Estadual em seu artigo 53, XVII e com a Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor em seus artigos 2º, parágrafo único, artigo 4º, I, II e III e artigo 55, respeitando-os em seus objetivos propostos.

#### **Conclusão**

O presente projeto de lei, encontra-se em conformidade com as normas constitucionais, demonstrando legitimidade por parte deste Poder para tratar da matéria ora em análise, atendendo os requisitos do Legislativo.

E, não havendo nenhum óbice constitucional, nenhuma disposição contrária e a importância do tema em questão, “Defesa do Consumidor em exigir nota fiscal de compra” para sua própria proteção e paralelamente ao combate à sonegação fiscal, sou de parecer favorável ao projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 10.07.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

CLEITON KIELSE - Relator

## COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO PROJETO DE LEI Nº 388/07

### P A R E C E R :

Trata-se de proposição de iniciativa dos Deputados Marcelo Rangel e Reni Pereira, que dispõe sobre a orientação aos consumidores a exigência de notas fiscais nos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviço.

Cabe cumprimentar a iniciativa dos nobres Deputados que visa conscientizar os consumidores a exigir nota fiscal na realização das compras e com isso combatermos a sonegação fiscal, pois é preciso que todos paguem impostos, para que todos paguem menos, e através da participação popular, que é possível melhorar a eficácia na fiscalização e no combate a sonegação.

Por estas razões sou de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 388/07.

Sala das Comissões, em 10.07.07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

PEDRO IVO - Relator

### **Requerimentos**

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2152, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2163, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2174, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2175 e 2176, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2177, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2178, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2181 a 2184, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2186, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 2188, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2189, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2191, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2192 e 2194, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2195 e 2196, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2197, de autoria do Sr. Deputado Luiz Malucelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2198, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2205 e 2206, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2201, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Comissão Executiva.

Requerimento nº 2208, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 02 de agosto, às dez horas com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 236, 250, 258, 374 e 388/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 348, 364 e 415/07.

Levanta-se a Sessão.

### ***Transcrição:***

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ELIO RUSCH, EM SESSÃO DO DIA 01 DE AGOSTO DE 2007.

#### **A força de um exemplo**

Jornal O Paraná

O pão que comermos, fruto da exploração do irmão, não é pão abençoado por Deus". Esta afirmação de frei Leonardo Boff, constante de seu livro "O Pai Nosso - A Oração da Libertação Integral", é uma das mais provocativas dessa obra, uma das últimas leituras do advogado

Wilson Carlos Kuhn antes de inscrever seu nome, definitivamente, na história do Oeste do Paraná, ao nos deixar no final de semana.

Essa era uma das mais recorrentes preocupações do Dr. Wilson: o primado da dignidade humana. A dignidade em pessoa, o Dr. Wilson sofreu em tenra idade um fenômeno que ocorre hoje a muitos meninos e meninas atirados na exclusão. Órfão, desprovido dos pais quando mais seriam necessários. Foi encaminhado a um orfanato, de onde saiu para estudar, pagando sempre as aulas com trabalho. Desde cedo, portanto, Kuhn passou a aprender a fazer escolhas a partir de um pressuposto: qual será a ação, dentre as diversas a escolher diante de um problema, que será a melhor para mim e para os demais? Aquela que mais me serve ou aquela que mais serve à minha comunidade? Com respostas positivas a estas questões de fundo ético, no final da década de 50 o Dr. Wilson chega ao Oeste do Paraná menos para advogar, uma vez que graduado em Direito em 1954, que para exercer o magistério, tarefa cumprida por mais de 20 anos em Cascavel e Toledo.

Foi o Dr. Wilson que, lançando mão de sua proverbial habilidade aglutinadora, constatou em 1960 que Cascavel estava profundamente desunida e exibiu a unidade toledana como fator que desequilibrava a disputa pela Diocese. Eram tempos em que Cascavel e Toledo rivalizavam e a localização privilegiada de Cascavel acabava eventualmente perdendo espaço por conta da desunião. Mas um dia tanto o Dr. Wilson quanto a Diocese - e depois a Arquidiocese - viriam para Cascavel.

Antes disso, porém, Kuhn passou pela política. Dela, ao contrário daqueles que se locupletam e mancham a biografia com falcaturas, fraudes, tráfico de influência, ganhos imorais, trapanças e traições, saiu incólume e abaixo do grande respeito de seus concidadãos. Vice-Prefeito de Toledo na gestão 1969 - 1972, de Egon Pudell, foi leal como raros, conseguindo um feito jamais obtido em Cascavel: um Vice-Prefeito ser lançado como candidato a Prefeito pelo titular e se eleger. Se em Cascavel existe a síndrome do Vice-prefeito que se atrita com o titular, advindo uma guerra surda entre ambos, o Dr. Wilson foi escolhido por Pudell para ser seu sucessor e a população, reconhecendo seus méritos, levou-o ao poder municipal, que também honrou, voltando os esforços sobretudo para os campos da educação e da cultura, tendo sido, nesse caso, o primeiro Prefeito do interior do Brasil a criar uma Casa de Cultura.

Se não bastassem a qualidade das obras que construiu e a força do exemplo de correção e dignidade que manifestou até o último segundo de sua existência, Wilson Carlos Kuhn ficaria imortalizado por nos deixar como legado uma expressão que deveria ser inscrita em letras douradas em cada espaço público de Cascavel, Toledo e outras cidades brasileiras: "A participação é pedra angular da cidadania e a cidadania é pedra angular da democracia.

### A herança dos Wilson

Alceu A. Sperança

Quando o médico Wilson Joffre Soares dos Santos nos deixou, em 1966, meu pai Celso Fomighieri Sperança, naquele momento escondido na Argentina, enviou mensagem ao velho camarada Tarquínio Joslin dos Santos, mais ou menos nesses termos: “Ainda bem, que a herança que ele deixa é do tamanho das suas dívidas, ou seja, das obras inacabadas”. Que obras inacabadas eram essas? O Aeroporto Internacional, o Hospital da Criança, o complemento da avenida Brasil, o ensino de 2º grau e superior e vai por aí. De fato, obras inacabadas enormes, pois ele sempre as pregou e lutou por elas. A herança que deixou foi esse caráter visionário, de olhar mais lá na frente, nos páramos inalcançáveis pelos olhares egoístas e simplórios.

Agora, outro Wilson, o Dr. Wilson Carlos Kuhn, nos faz o involuntário desfavor de nos deixar aqui, às voltas com suas obras inacabadas, das quais certamente o sonho de um Brasil mais justo, democrático e socialista seja a maior. O outro Wilson, embora também cultivasse gradiosos sonhos de futuro e progresso para o Brasil, concentrava-se decididamente nos projetos locais e regionais. O Wilson que acaba de nos deixar expôs com clareza as idéias universais que alimentava no final da vida ao se pronunciar no aniversário do Pitoco de Jairo Eduardo. Depois de lembrar Che Guevara e Brecht, nos lançou estas palavras, que nos ferem a consciência como agulhas de dignidade e patriotismo: “Estamos silentes diante de tanta injustiça e maldade. Calamo-nos - como a grande mídia mundial - frente à impunidade que incentiva o crime organizado. Calamo-nos diante da iniquidade e dos abusos inomináveis de Gantânomo, como diante do fosso da desigualdade social e da exclusão cada vez maior e que avassala os tempos hodiernos”.

A obra inacabada que Wilson Carlos Kuhn nos deixa, depois de haver completado outras tantas obras, como construir a primeira Casa de Cultura do interior do Brasil, é justamente essa obra gigantesca de construir a verdadeira democracia no Brasil, pois a farsa luliberal aí presente é uma grave traição à democracia e à causa socialista. Uma democracia que não privilegie banqueiro, bandido, assecla, vendilhão da Pátria, comprador de voto, negociador de mandato.

É uma tarefa inacabada homérica. Mas, a exemplo do Wilson que perdemos em 1966, o Dr. Wilson Kuhn nos deixa também uma herança à altura dessa obra: tonelada de um imenso amor à humanidade. A melhor homenagem que podemos prestar à sua memória é aproveitar bem essa herança.

O autor é jornalista e escritor - alceuaspe-  
rança@ig.com.br

### Aos meus amigos velhos

Wilson Carlos Kuhn

1. No ano passado, em Guarulhos, SP, ao adentrar no ônibus de transportes dos passageiros para o aeroporto, a perna esquerda falseou, quando procurava alcançar a alça de segurança. A queda era iminente. Nesse momento, um casal ainda jovem segurou-me pelo braço e evitou o tombo memorável. Agradei o gesto do jovem casal, sobretudo pela ternura e o carinho que se espelhavam no olhar.

Naquele momento, senti-me um idoso, com minhas deficiências e minhas fragilidades.

2. Por isto, escrevo este artigo a vocês, meus queridos irmãos idosos, “do fundo de minha alma”.

Não gosto que me chamem de velho, salvo se for um termo carinhoso. Não gosto da expressão “terceira idade”, porque devemos viver a nossa idade, a idade que temos, celebrando sempre a vida.

3. Diariamente, ao acordar, agradeço a Deus por mais um dia de vida e recito o Salmo 89, v. 12: “Ensina-nos Senhor a contar nossos dias para que alcancemos o saber do coração”.

Não vejo desdouro algum em ser idoso. Somos idosos e temos a sabedoria do coração, a sabedoria da vida. E ela nada mais é do que a “soma de burradas e de acertos que cometemos no curso da vida”.

4. Nós, idosos, só pedimos uma coisa aos que nos cercam, aos que conosco convivem: um pouco de paciência e de compreensão, com nossas limitações e fragilidades.

Em recente pesquisa, na cidade de São Paulo, constatou-se que 12% das violências praticadas contra idosos acontecem no próprio lar. Só foram contadas as agressões físicas, não se levando em conta os xingamentos, os descasos e as ofensas morais.

O Governo editou um Estatuto do Idoso, que acho uma farsa. Eu gostaria que houvesse uma espécie de “estatuto do idoso” no coração de nossos semelhantes. E nada mais.

5. Meus queridos amigos idosos, não se aposentem para a vida. Amem os filhos e netos, mas não se prendam em demasia a eles. Cada um com sua vida. E vivam a vida com alegria. “Não se entregue à tristeza, pois a alegria do homem torna mais longa a sua vida” (Eclesiástico 30, 23).

Frequentem os bailes da “terceira idade”. Dançam, brinquem e divirtam-se. Viajem bastante, não percam as oportunidades de conhecer novos lugares e novas coisas. Se possível, frequentem um curso nas faculdades. Façam palavras cruzadas, aprendam a usar um computador, inscrevam-se em uma academia de ginástica. Seja, um voluntário e trabalhe, por algumas horas, nas pastorais da paróquia ou nas obras sociais da cidade. Dêem tratos à cabeça. Mas, não se entreguem de forma alguma. Nada de cadeira de balanço e nem colocar o pijama. É velho quem se diz velho, quem pensa que é velho. Viva a vida que Deus lhe concede, amando-a intensamente a cada momento.



Sabe meus amigos, o que faço? Cuido as unhas cada duas semanas, passo creme nas mãos enrugadas e uso perfume. Se eu não me amar, gente, quem vai me amar? Eu tenho que gostar de mim mesmo. Vocês não acham que tenho razão?

6. Quando surgirem as dificuldades e os percalços orem e apeguem-se à leitura e às lições da Bíblia. A oração, que nos dá forças, é o canal que nos repassa a graça de Deus, toda misericórdia, através do Espírito Santo.

7. O que queremos, nesta quadra da existência, é apenas o respeito, a compreensão daqueles com quem convivemos. E quando chegamos ao fim dos tempos, saibamos enfrentar a irmã Morte com serenidade, pois a vida é mera passagem, espero que tenhamos, então, alguém ao nosso lado, afagando nosso rosto e fechando nossos olhos, para passarmos, a uma vida que não se acabará jamais.

(NR: Este foi o último artigo escrito pelo advogado Wilson Carlos Kuhn e sairá na próxima edição da revista Catedral)”

O autor foi advogado, professor universitário e Prefeito de Toledo

## **Publicações:**

### **Diretoria Geral**

#### **Portarias**

##### **PORTARIA Nº 126/07**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6487, datado de 28 de junho de 2007, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

mandar anotar, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, na ficha funcional de GILDA FERNANDES NUNES LAZAROTTY, matrícula nº 40346, portadora do RG nº 3.093.348-6 e do CPF nº 393.382.319-68, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, lotada na Diretoria da Assistência ao Plenário, exercendo o cargo de Auxiliar de Plenário, nível MBA-03, os tempos constantes na Certidão do INSS, em que prestou serviços a Ambiental Serviços Terceirizados Ltda, por 01 (um) ano, 02 (dois) meses e 11 (onze) dias, período de 02/01/78 a 12/03/79; FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado, por 04 (quatro) meses e 09 (nove) dias, de 22/10/79 a 29/02/80; BANESTADO S/A Corretora de Seguros, por 03 (três) anos, 02 (dois) meses e 02 (dois) dias, período de 01/03/80 a 02/05/83; Nacional Limpeza e Conservação SC Ltda, por 05 (cinco) meses e 19 (dezenove) dias, de 12/09/83 a 29/02/84, conforme dispõe o parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.07.07.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

##### **PORTARIA Nº 127/07**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6207, datado de 20 de junho de 2007, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

revogar a Portaria nº 070, de 26/04/95, que contou em favor de MARIA REGINA SUBTIL, matrícula nº 40436, funcionário desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-03, o tempo de 06 meses, por ter incorporado indevidamente o dobro do quinquênio compreendido entre 02/05/86 a 02/05/91.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.07.07.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

##### **PORTARIA Nº 131/07**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5818, datado de 12 de junho de 2007, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de MARIA LUCIA FERNANDES SANTOS, matrícula nº 40587, portadora do RG nº 3.939.089-PR e do CPF nº 610.630.459-91, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 09 de julho de 1988, lotada na Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, exercendo o cargo de Auxiliar de Administrativo, o tempo de 06 (seis) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, conforme lhe facultava o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.07.07.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

##### **PORTARIA Nº 132/07**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5832, datado de 13 de junho de 2007, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de PAULO SÉRGIO BUFFARA FARAH, matrícula nº 40289, portador do RG nº 3.034.868-PR e do CPF nº 478.905.769-00, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 02 de maio de 1986, lotado na Coordenadoria de Estudos

e Promoções, exercendo o cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-02, o tempo de 06 (seis) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, conforme lhe facultava o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.07.07.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 133/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5817, datado de 12 de junho de 2007, deste Poder,

#### R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de NEUSA MARIA DA SILVA, matrícula nº 40988, portadora do RG nº 1.899.931-PR e do CPF nº 537.428.429-00, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de agosto de 1990, lotado na Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, exercendo o cargo de Técnico em Contabilidade, o tempo de 06 (seis) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, conforme lhe facultava o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.07.07.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 134/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6209, datado de 12 de julho de 2006, deste Poder,

#### R E S O L V E :

mandar contar, em favor de VERA CLEVE DE OLIVEIRA, matrícula nº 41024, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Jornalista, nível NUE-3, o tempo de 04 anos, 04 meses e 22 dias, em que exerceu cargo em comissão no gabinete do deputado Traiano Bastos, nos termos do artigo 76, da Constituição do Estado do Paraná de 1978 vigente à época, e artigo 4º da Emenda Constitucional nº 020/98, referente aos períodos de 08/02/80 em que exerceu o cargo de Assessor Parlamentar, símbolo 6-C até 06/04/83, em que passou a

exercer cargo em Comissão Símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, até 01/07/84 em que passou a exercer o cargo de simbologia DAS-5; e, o tempo de 06 meses, ex-offício, nos termos do artigo 247, da Lei nº 6174/70, por não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, que deixou de usufruir.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.07.07.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 135/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6029, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

#### R E S O L V E :

mandar contar, em favor de MARIA DE FATIMA PEREIRA, matrícula nº 40739, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo 06 (seis) meses por não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, nos termos do artigo 247, da Lei nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.07.07.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 136/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6028, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

#### R E S O L V E :

mandar contar, em favor de JUSSARA REGINA DE CASTRO, matrícula nº 40217, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, lotada na Coordenadoria da Ata, 06 (seis) meses por não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, nos termos do artigo 247, da Lei nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.07.07.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

#### Portaria - DAT

#### PORTARIA Nº 0143/07 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o

estabelecido no artigo 17 da Lei nº 15339 de 22 de dezembro de 2006.

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 15339 de 22 de dezembro de 2006 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
4490 5100	2000	100	4.000.000,00
4490 5200	2000	100	2.000.000,00
4490 9200	2000	100	2.000.000,00
3350 4100	2000	100	14.000.000,00
			22.000.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
3190 1100	2000	100	20.700.000,00
3190 1300	2000	100	1.300.000,00
			22.000.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 10.07.07.  
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral  
Visto:  
Deputado Alexandre Curi - 1º Secretário

Publicações Administrativas

Ref. Processo Administrativo  
Protocolo nº 192/07 - ALEP

I - Indefiro os requerimentos de Andréa Carla Nogueira de Paula e Silva e Outros, com fundamento nas informações;

II - Dê-se ciência aos requerentes;

III - Publique-se e archive-se  
Em, 29.01.07.  
(a) PEDRO IVO  
Presidente em exercício

Ref. Minuta de Contrato  
Protocolo nº 5729/07 - ALEP

Modalidade:  
Convite nº 056/07 - protocolo nº 5729/07.

Objeto:  
Contratação de empresa para fornecer suco para este Poder.

Classificada:  
CBN Distrib. de Prod. Alimentos e Logística Ltda.

Vigência:  
03 de julho à 31 de dezembro de 2007.

Valor:  
Caixa com 12 unidades sabores diversos Del Vale: R\$ 34,80.  
Caixa com 12 unidades Light Del Vale: R\$ 37,20  
(a) COMISSÃO DE LICITAÇÃO

